

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 19

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parcelamento de compensação tributária é aprovado no Senado..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deixa Perse e desoneração de cidades fora do Orçamento de 2025..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE
SEGURIDADE SOCIAL

Violência no trânsito custa R\$ 21 bilhões por ano ao Brasil..... 6

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - TRAGÉDIA NO RS
SEGURIDADE SOCIAL

Agências do INSS fechadas em 11 cidades..... 7

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Como se aposentar em 2024? confira as regras pós-reforma - COLUNA DO APOSENTADO.. 8

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda tem recorde de declarações pré-preenchidas a poucos dias do fim do prazo (Imposto de Renda) 9

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja erros da declaração pré-preenchida do IR 2024 e saiba corrigi-los (Imposto de Renda) 11

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Veja erros da declaração pré-preenchida do IR 2024 e saiba corrigi-los..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo imposto preocupa..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy faz ponte com frentes parlamentares antes de enviar segundo projeto da tributária - COLUNA DO ESTADÃO 18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Criação de empregos impulsiona crescimento do País - SECOVI..... 20

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entidades se unem para pleitear fim da isenção até US\$ 50..... 21

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: como fica o imposto de veículos e quais as regras para táxi e PCD 23

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que falta para o Brasil atrair mais investimentos? Empresários respondem25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara vota hoje tributação sobre compras internacionais 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Tragédia no Sul pode tirar até 0,4 ponto porcentual do PIB 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Depois de ata do Copom, mercado já vê fim de novas reduções dos juros30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Conteúdo da ata do Copom desfaz receio de leniência com a inflação32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Ata mostra concordância sobre juro mais restritivo 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Copom adota tom duro em ata e leva mercado a ver Selic acima de 10% 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ativos têm alívio depois de ata do Copom 37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Pausa nos cortes da Selic não surpreenderia" 39

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

BC vê alta de expectativas de inflação e não indica corte 41

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Copom dá sinais de que não fará novos cortes na Selic43

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - NACIONAL/MUNDO
ECONOMIA

Inflação na Argentina chega a quase 300%, mas aumentos desaceleram 44

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação na Argentina desacelera para 8% em abril 45

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação mensal na Argentina desacelera a 8,8% em abril46

Parcelamento de compensação tributária é aprovado no Senado

A medida provisória que concede o parcelamento de compensações tributárias (abatimento de **impostos** em decorrência de decisões judiciais) foi aprovada pelo Senado nessa terça-feira (14/05), de forma simbólica, sem a contagem de votos. O texto segue para sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A medida de compensação tributária foi colocada pelo Ministério da Fazenda após a chamada "tese do século" do Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da exclusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo de PIS/Cofins.

Com isso, o governo propôs parcelar o recebimento de créditos tributários obtidos por via judicial acima de R\$ 10 milhões. O número de parcelas vai depender do valor total da dívida. A regulamentação do montante, por sua vez, será feita pela **Receita Federal**.

O Ministério da Fazenda encaminhou inicialmente ao Congresso a medida de reoneração da folha de pagamentos para 17 setores e prefeituras, juntamente com o encerramento do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Contudo, diante da reação desfavorável do Congresso Nacional, a reoneração da folha e o fim do Perse passaram a ser discutidos por meio de projetos de lei específicos, fora da MP 1202 de 2023. A Câmara dos Deputados aprovou a MP na semana passada, enquanto no mês anterior, uma comissão mista do Congresso (formada por deputados e senadores) manteve o texto enviado pelo Executivo.

"Estamos estabelecendo limites para a compensação que as empresas podem realizar de um ano para o outro. Existem empresas multinacionais que há anos não pagam **impostos** devido à compensação. Portanto, elas poderão [compensar], mas com uma limitação percentual, permitindo que a **Receita Federal** planeje o resultado primário do ano com maior segurança", afirmou o ministro Fernando Haddad (Fazenda) em dezembro. A medida afeta os contribuintes que têm direito a reembolsos de valores cobrados indevidamente pela União (após decisão judicial definitiva) e optam por compensar o crédito com débitos tributários futuros, em vez de receber precatórios.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Governo deixa Perse e desoneração de cidades fora do Orçamento de 2025

BIANCA LIMA E DANIEL WETERMAN

Dois benefícios fiscais bilionários não foram contemplados pelo governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, o que aumenta as dúvidas sobre a capacidade de o País cumprir a meta de déficit zero no ano que vem.

Um deles é a prorrogação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), aprovada pelo Congresso Nacional e à espera de sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O outro é a desoneração da folha de pagamento dos municípios, suspensa por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), mas ainda pendente de uma solução política ou jurídica definitiva.

A extensão do Perse, após acordo entre a Fazenda e as empresas, está dada e significará R\$ 15 bilhões a menos nos cofres da União até 2027. O benefício às prefeituras, por sua vez, segue em aberto e voltou à mesa de negociação nesta semana. São R\$ 10,4 bilhões em receitas da **Previdência Social** que estão em jogo, segundo projeção da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A entidade afirma que a desoneração é apenas a ponta do iceberg e que as cidades acumulam dívidas previdenciárias da ordem de R\$ 248,6 bilhões com a União, para as quais pedem parcelamento de até 25 anos.

Na próxima semana, ocorrerá em Brasília a marcha anual em defesa dos municípios, que é usada como instrumento de pressão por parte dos gestores locais.

Em ano eleitoral como este, ela ganha ainda mais força. Por isso, a expectativa é de que a Fazenda - mesmo amparada pela liminar do STF, que derrubou a desoneração - tenha de ceder em alguns pontos, em busca de acordo político com os prefeitos.

Apesar de não ter colocado esses dois programas nas diretrizes do Orçamento, o governo incorporou outro que também estava pendente e que foi alvo de acordo na semana passada: a desoneração da folha salarial de empresas de 17 setores da economia.

Na prática, deixar de estimar uma perda de receita aumenta a incerteza sobre o cumprimento das metas

estimadas e do novo arcabouço fiscal, além de fazer com que o setor público tenha de empenhar um esforço a mais do que está previsto atualmente.

"PREMISSAS OTIMISTAS". "Essas duas premissas que foram colocadas na LDO (de impacto zero com Perse e municípios) eram muito otimistas. Calculo que pelo menos uns R\$ 15 bilhões a mais terão de ser adicionados à conta do governo (devido à perda de arrecadação com esses dois benefícios) para se conseguir chegar à meta zero", diz Tiago Sbardelotto, economista da XP e auditor licenciado do Tesouro Nacional.

Ele também chama a atenção para outros "furos" existentes nas diretrizes orçamentárias de 2025, como a falta de previsão de correção da tabela do Imposto de Renda, uma vez que o governo vem adotando a política de isentar quem ganha até dois salários mínimos - se isso for mantido em 2025, significará R\$ 3,5 bilhões a menos ao Fisco.

Há ainda a abertura, por parte do governo, de um crédito suplementar de até R\$ 15,7 bilhões, que elevará o nível de despesas no próximo ano. Após manobra no Congresso, o governo conseguiu antecipar a utilização desse valor em 2024, elevando de forma permanente o "pé direito" dos gastos dentro do novo arcabouço.

Assim, para tapar todos esses "buracos" na arrecadação e fazer frente ao aumento de gastos, economistas projetam que o governo precisará de R\$ 85 bilhões em receitas extras a fim de alcançar a meta zero em 2025 - valor bem acima da cifra projetada pelo Tesouro, de R\$ 50 bilhões.

Alguns analistas, porém, falam em números mais expressivos, que superariam os R\$ 100 bilhões. É o caso do economista da Asa Investments Jeferson Bittencourt.

Ex-secretário do Tesouro, ele alerta para uma lista ainda mais extensa de incertezas relacionadas ao Orçamento do próximo ano, como, por exemplo, a elevada previsão de arrecadação com as concessões públicas, estimada pela equipe econômica em R\$ 23,3 bilhões.

"A LDO tem um problema na largada, que é um

cenário macro bastante otimista."

"A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem um problema na largada, que é um cenário macroeconômico bastante otimista"

Jeferson Bittencourt Ex-secretário do Tesouro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Violência no trânsito custa R\$ 21 bilhões por ano ao Brasil

FELLIPE GUALBERTO

A insegurança no trânsito retira cerca de R\$ 21 bilhões da economia brasileira todos os anos, revela um levantamento realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). A projeção levou em conta para a análise o período entre 2012 e 2023.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), o documento faz uma estimativa levando em média quantos anos uma pessoa poderia viver se não tivesse sido uma vítima fatal do trânsito.

Ela também considera a renda que esse indivíduo poderia ter durante esse período.

Segundo a pesquisa, a idade média daqueles que vêm a óbito no trânsito é de cerca de 41 anos para homens e 42 para mulheres. Com base nesses dados, esses indivíduos ainda deveriam viver em média mais 36 e 40 anos, respectivamente.

Além do impacto pessoal, com perda de parentes, amigos e sofrimento familiar, o valor de R\$ 21 bilhões por ano que essas pessoas deixam de obter equivale a 0,2% do **PIB** de 2023, como aponta o Centro de Liderança Pública.

Anteriormente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) já havia estimado que o Brasil gastou R\$ 1,5 trilhão com sinistros no trânsito. O período estudado foi entre 2007 e 2018. Em vez de calcular quanto deixou de ser injetado na economia, a pesquisa contabilizou os custos. A base calculada utilizou gastos com atendimento hospitalar, danos materiais aos meios de transporte, perda de carga, entre outros fatores.

Pedro de Paula, diretor nacional da Vital Strategies, uma organização global que pesquisa e orienta governos sobre desafios na área da saúde, comentou os números do Ipea.

ORÇAMENTO DE SÃO PAULO. De acordo com o diretor, os sinistros no trânsito representam gastos para a saúde pública, **previdência social**, entre outras áreas. "São R\$ 132 bilhões perdidos por ano, quase o orçamento da cidade de São Paulo, ou o orçamento do Ministério da Saúde".

Enfatizando a natureza dessas ocorrências, Pedro de Paula afirma ser "uma tragédia monumental condenar uma população a desperdiçar a vida sabendo que os sinistros podem ser evitados".

O executivo lembra, ainda, que mudanças na legislação e aprimoramento na infraestrutura poderiam ajudar a diminuir o número de mortes e sinistros nas vias do País.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Agências do INSS fechadas em 11 cidades

LEANDRO RODRIGUES
leandro.rodrigues@diariogaucha.com.br

Por causa da falta de água, de luz ou de servidores afetados pelas enchentes, o **INSS** não tem agências funcionando em Porto Alegre. Além da Capital, segundo a superintendência regional do **INSS**, não há atendimento presencial também em: São Leopoldo, Canoas, Cachoeirinha, Guaíba, Esteio, Encantado, Lajeado, São Sebastião do Caí, Rio Grande e São José do Norte.

O instituto pede que os segurados usem os canais remotos, como o telefone 135 e o site e aplicativo Meu **INSS**. Todos os agenda-mentos dos últimos dias foram remarcados. O **INSS** informa que, diariamente, faz levantamento para avaliar a viabilidade de atendimento nas unidades e que não há, ainda, previsão de reabertura.

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719

Como se aposentar em 2024? confira as regras pós-reforma - COLUNA DO APOSENTADO

STEPHANIE TONDO

A aposentadoria é um objetivo dos trabalhadores que contribuem ativamente com a **Previdência Social**. Mas, não basta apenas se aposentar, as pessoas também almejam receber um benefício que seja suficiente para viver com tranquilidade, pagar as contas e, até, reservar um valor para emergências. Contudo, dos quase 24 milhões de aposentados no Brasil, mais da metade recebe apenas um salário-mínimo, o que torna a realidade um pouco mais complicada. Além disso, após a Reforma, as regras para solicitar aposentadoria também mudaram. Dessa forma, algumas pessoas terão que contribuir por mais tempo.

A principal mudança que podemos citar em relação à aposentadoria após a Reforma é o aumento na idade mínima para mulheres. Agora, é preciso ter 62 anos para mulheres, e 65 anos para os homens, além de 15 anos de contribuição, no mínimo.

Contudo, o Governo criou algumas regras de transição para que as pessoas que já contribuía e estavam próximas a solicitar a aposentadoria quando a Reforma passou a vigorar. Uma dessas regras é a idade mínima progressiva.

A idade mínima para solicitar a aposentadoria sobe seis meses em relação ao regime anterior. As mulheres precisam ter, no mínimo, 58 anos e 6 meses. Para os homens, a idade mínima passa a ser de 63 anos e 6 meses.

O tempo mínimo de contribuição passa a ser de 30 anos para as mulheres e de 35 para os homens. Também há mudanças na regra dos pontos, que soma o tempo de contribuição com a idade do trabalhador.

A pontuação mínima exigida será de 91 para mulheres e de 101 pontos para homens.

Assim como a regra da idade progressiva, a pontuação também aumenta a cada ano, até chegar na pontuação limite de 100 pontos para as mulheres e 105 pontos para homens, o que ocorrerá em 2033.

Mas, é muito importante estar ciente que, apesar de as regras de transição ajudarem a receber os benefícios de forma mais rápida, pode haver algum prejuízo relacionado ao valor recebido.

Por isso, antes de entrar com o pedido, é importante procurar um advogado especializado.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube João Financeira e meu perfil no Instagram @joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12362/15-05-2024.html>

Imposto de Renda tem recorde de declarações pré-preenchidas a poucos dias do fim do prazo (Imposto de Renda)

O envio da declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2024 bateu recorde a poucos dias do fim do prazo para prestar contas ao fisco. Neste ano, mais de 10 milhões de brasileiros utilizaram o modelo, superando os 9,9 milhões de todo o período de 2023

Segundo os dados da Receita, 24,9 milhões de contribuintes entregaram a declaração até as 16h desta terça-feira (14), sendo que 40,4% recorreram à pré-preenchidas, o que corresponde a 10,05 milhões.

A Receita espera receber, neste ano, 43 milhões de declarações do IR .

O uso da declaração pré-preenchida vem aumentando desde 2021, quando ela foi testada pela primeira vez. Na ocasião, 583,9 mil contribuintes usaram o recurso, representando 1,5% do total. A marca subiu para 3 milhões em 2022, alcançando 7,6% das declarações.

A pré-preenchida já traz os dados que são remetidos à Receita por empresas, bancos, hospitais, médicos, dentistas, clínicas, cartórios de imóveis, financeiras, exchanges e órgãos do governo como o **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**), facilitando a prestação de contas pelo contribuinte.

Porém, o contribuinte precisa checar se todos os dados informados estão corretos . A própria Receita afirma que a responsabilidade cabe a quem declara, já que ela não verifica as informações quando recebe os dados e direciona para o programa da declaração.

"(A **Receita Federal**) pega as informações que soube daquele contribuinte e mostra para ele. Olha, contribuinte, aqui estão as informações que falaram de você. Se estão certas, se estão erradas, nós não estamos fazendo filtros, nós estamos repassando aquilo que nos passaram", afirma José Carlos Fonseca, superintendente nacional do IR.

"A responsabilidade pelas informações na entrega da declaração é do contribuinte", complementa.

Para ter acesso ao modelo, o contribuinte deve ter conta Gov.br ouro ou prata . Quem tiver o nível bronze terá de aumentar a confiabilidade da conta. A

mudança, de acordo com a **Receita Federal**, foi necessária para garantir a segurança das informações transmitidas durante o preenchimento.

Dentre as vantagens de escolher esse modelo está a possibilidade de entrar na fila de prioridade para receber a restituição, assim como ocorrerá com os contribuintes que utilizarem Pix para pagamento dos valores.

Usar a declaração pré-preenchida não é garantia de que não irá cair na malha fina. A Receita alerta para a atenção do contribuinte às informações que estão no documento, principalmente para novos dados. A responsabilidade pelas informações na entrega da declaração é do contribuinte.

Há três formas de ter acesso à declaração pré-preenchida do IR:

Quem optar por declarar pelo computador já pode baixar o programa no site da **Receita Federal**. Clique aqui para saber como fazer a instalação passo a passo .

Se escolher pelo Meu Imposto de Renda, terá de ter senha gov.br e conta nível ouro ou prata para acessar a declaração pelo portal de mesmo nome ou pelo e-CAC. Clique aqui para saber como criar sua senha

No caso do app, basta baixá-lo na loja de aplicativos do seu celular. Para acessar, no entanto, também é necessária a senha gov.br e conta nível ouro ou prata

No programa gerador do IR:

No e-CAC:

No gov.br

Contadores ouvidos pela Folha apontaram que o recurso trouxe dados incorretos em saldos bancários, investimentos, reembolso de plano de saúde, valor do imóvel e negociações com criptomoedas, além de ausências de informações sobre aposentadorias, despesas médicas e doações.

Quem usa a pré-preenchida sem verificar os dados pode cair na malha fina e ter a declaração retida para análise e ser chamado a prestar esclarecimentos à Receita. A situação ocorre quando o fisco faz o cruzamento de dados entre o que foi enviado pelo contribuinte e o outro envolvido, seja ele o banco, o médico, a empresa ou a escola.

"Se você notar uma divergência na pré-preenchida e você tiver um comprovante, declare o que você pode comprovar e procure a outra pessoa envolvida para resolver a situação. Se não, os dois podem parar na malha fina", diz Dilma Rodrigues, sócia da Attend Contabilidade.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O prazo de envio da declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio . Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 , o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/imposto-de-renda-tem-recorde-de-declaracoes-pre-preenchidas-a-poucos-dias-do-fim-do-prazo.shtml>

Veja erros da declaração pré-preenchida do IR 2024 e saiba corrigi-los (Imposto de Renda)

O modelo pré-preenchido de declaração do Imposto de Renda 2024 está sendo usado por mais de 40% dos contribuintes neste ano. O número representa um aumento significativo em relação ao ano passado, quando 23,9% usaram o recurso.

Porém, os dados pré-preenchidos permanecem com alguns dos problemas notados por especialistas em 2023. Ausência de saldo de conta bancária e valor da aposentadoria, informações duplicadas de investimentos e dados errados em valores de imóveis e reembolso de plano de saúde são algumas das falhas relatadas por contadores ouvidos pela Folha.

A Receita informou que recebe os dados de terceiros e que os direciona para a declaração, cabendo ao contribuinte a responsabilidade de checar a veracidade das informações.

"O que a Receita está fazendo é criando um mecanismo para mostrar: 'olha, nós já sabemos disso aqui. Ajuste, faça as correções devidas, faça as inclusões devidas. Pode ter coisa errada ali dentro? Pode", diz José Carlos Fonseca, superintendente nacional do Imposto de Renda.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A declaração pré-preenchida recebe informações de empresas, bancos, hospitais, médicos, dentistas, cartórios de imóveis, financeiras, exchanges e órgãos do governo como o **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**), por exemplo. Com isso, pode conter erros enviados por essas fonte pagadoras, que precisam ser checados e corrigidos pelo contribuinte.

Neste ano, o fisco também recebeu ainda dados de registros de aeronaves da Anac (Agência Nacional de Agência Civil) e passou a exigir a conta ouro ou prata no portal Gov.br para o contribuinte usar a pré-preenchida.

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) é um dos órgãos que enviam os dados para a **Receita Federal**.

Porém, ao acessar a declaração pré-preenchida, parte dos aposentados não têm qualquer informação sobre os valores recebidos em 2023 do **INSS**.

"Os rendimentos tributáveis não estão vindo [que é o valor pago de aposentadoria], e se o aposentado entregar assim, quase com certeza vai cair na malha fina", diz Dilma Rodrigues, sócia da Attend Contabilidade. No ano passado, a omissão de rendimentos foi o segundo motivo que mais levou contribuintes à malha fina.

Procurado, o **INSS** disse que enviou os dados para a Receita e que o beneficiário também pode acessar o informe de rendimentos pelo aplicativo Meu **INSS**. Caso ele não tenha acesso ao dispositivo, ele pode agendar ida a uma agência do órgão para retirar o informe.

Outra falha notada foi a ausência de informações das empresas que pagaram valores abaixo de R\$ 30.639,90 para os seus trabalhadores. Como a quantia permitiria que a pessoa não tivesse a obrigação de declarar, os rendimentos não são reportados à Receita.

Porém, se o trabalhador teve outros rendimentos que façam com o que o valor seja superado, ele terá de declarar o IR e precisará dos dados da empresa. Nesta situação, a recomendação é procurar a fonte pagadora e pedir o informe de rendimentos, informando os dados em Rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica.

Outra falha notada nos dados pré-preenchidos que também pode levar à malha fina é a ausência do reembolso pago pelo plano de saúde em consultas, exames e internações. O dado precisa ser informado na ficha de "Pagamentos efetuados", no campo de "parcela não dedutível/valor reembolsado".

"Este campo está vindo em branco de algumas operadoras. Até hoje, só vi um plano de saúde com informação correta. O contribuinte precisa ver se houve o reembolso, somar o que recebeu ao longo do ano e informar em valor reembolsado. Peça o relatório de reembolso ao plano de saúde", comenta Claudinei

Tonon, presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.

Outro problema em gastos envolvendo a saúde é a ausência de pagamentos feitos a médicos, dentistas e outros profissionais do setor que estão registrados como pessoa física. O motivo pode ser a falta de envio de informações por parte do médico, da clínica ou do hospital.

"Já vi caso de iniciar a declaração pré-preenchida de um cliente sem uma determinada consulta. Dias depois, ela entrou na declaração. A demora ocorre porque os profissionais ainda não declararam o seu IR, ou não informaram o dado no Dmed (Declaração dos Serviços Médicos e da Saúde), ou não preencheram o Carnê-Leão", diz Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade.

Para evitar problemas, o contribuinte deve ter em mãos todos os comprovantes e notas fiscais de pagamentos feitos durante 2023 para médicos, hospitais, dentistas e outros profissionais da área. É preciso checar se as despesas também atendem as regras de dedução do Imposto de Renda, já que nem todos os gastos são aceitos para diminuir o tributo a ser pago ou aumentar a restituição.

Caso o pagamento feito não conste na pré-preenchida ou haja diferença nos valores, a recomendação é que o contribuinte declare o dado que está no comprovante e procure, se possível, a pessoa ou empresa que recebeu o valor para fazer a eventual correção.

Não há limite para dedução de valores gastos com saúde no Imposto de Renda, e o item foi o maior motivo de malha fina no ano passado, com 42,3% dos casos. "É importante que você tenha como comprovar a despesa informada", comenta Ana Carolina Monguilod, professora do Insper e sócia do CSMV Advogados.

Os bancos enviaram suas informações para a Receita até 29 de fevereiro pela e-Financeira, mas contadores notaram uma série de falhas na declaração pré-preenchida.

O primeiro deles é o saldo zerado em contas bancárias e investimentos. "A maior parte dos investimentos que são isentos de tributação como poupança, LCI (Letra de Crédito Imobiliário), dividendos de ações e FIIs (fundos de investimento imobiliário) não entrou. Está tudo em branco", afirma Tonon.

Outro problema são as fontes pagadoras de fundos de investimentos. A declaração pré-preenchida apresenta o CNPJ do banco ou da corretora onde foi adquirido o

fundo, enquanto o informe de rendimentos do banco menciona o CNPJ do administrador do fundo.

"O contribuinte tem de seguir o que está no informe, pois este é o documento oficial. O que está na pré-preenchida, é sugestivo", comenta Domingos.

É preciso também verificar se o fundo de investimento deve ser declarado como rendimento isento e não tributável ou rendimento de tributação exclusiva/definitiva. De acordo com Tonon, a informação está vindo duplicada em fichas diferentes na declaração pré-preenchida e é preciso apagar a que está errada. O informe de rendimentos é que deve ser seguido pelo contribuinte para fazer o procedimento.

Dilma Rodrigues alerta para uma falha que está ocorrendo para quem tem conta conjunta. "O correto é que a informação seja centralizada no titular, mas em alguns casos está vindo o saldo total para o titular e para a outra pessoa com quem ele divide a conta. Neste caso, o titular é quem centraliza o saldo".

A ausência de dados também está ocorrendo no caso das criptomoedas. As informações que vieram das exchanges estão incompletas e o contribuinte precisa ter todos os comprovantes de operações feitas em 2023 para reportar os dados corretos.

O modelo pré-preenchido também está apresentando dados incorretos de imóveis. As informações são remetidas pelos cartórios à Receita, mas o contribuinte precisa estar atento no valor informado nos campos "Situação em 31/12/2022" e "Situação em 31/12/2023" na ficha do imóvel em Bens e Direitos.

"Os casos de consórcio e financiamento de imóvel estão com o valor total, quando na verdade o valor que tem de ser informado é o que já foi pago pelo imóvel. Esta quantia vai aumentando ao longo do tempo até chegar ao valor total no fim do prazo ou quando o consórcio for contemplado", comenta Domingos. É preciso que o contribuinte corrija o valor e informe apenas a quantia gasta até o fim do ano passado.

A data de aquisição do imóvel também precisa ser checada, pois a informação correta a ser relatada é o dia que o pagamento foi feito. "O problema é que a declaração está vindo com a data de registro do cartório, e isso pode ter ocorrido um bom tempo depois", afirma Tonon. O mesmo problema está ocorrendo nos casos de doação ou herança. "A data correta é do óbito da pessoa, e não do acordo do inventário", diz.

No caso de quem recebe ou paga aluguel, os contadores alertam sobre falhas na declaração do

pagamento de comissão feito à imobiliária ou administrador do imóvel. "Essa informação não consta em alguns casos como deduzida em rendimento tributável recebido de pessoa jurídica. É preciso pedir o informe para a imobiliária para corrigir", destaca Domingos.

Também está ocorrendo problemas na declaração de dados dos dependentes, que não estão sendo direcionadas para a declaração do titular. "Despesas com saúde, as informações do banco, não vem nada do que está no nome do dependente. É como se o dependente não existisse", comenta Dilma.

A recomendação é que o contribuinte peça para o dependente acessar a declaração pré-preenchida para que ele tenha acesso às informações que constam no nome do dependente.

Doações inexistentes

Os contadores também relataram ausência dos dados de doações feitas em 2023 que poderiam ser deduzidas do Imposto de Renda. É permitido abater parte do valor doado a entidades de assistência a idosos, crianças e adolescentes, a leis de incentivo ao esporte, à cultura e à produção audiovisual, e também a programas de saúde como Pronon e Pronas.

Nesta situação, é preciso verificar se as entidades que receberam a doação constam nos fundos assistenciais permitidos pela Receita. Caso seja permitido, informe na ficha Doações efetuadas. É preciso ter o comprovante de doação, já que o valor doado poderá aumentar a restituição ou diminuir o imposto a ser pago.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/veja-erros-da-declaracao-pre-preenchida-do-ir-2024-e-saiba-corrige-los.shtml>

Veja erros da declaração pré-preenchida do IR 2024 e saiba corrigi-los

Fernando Narazaki

O modelo pré-preenchido de declaração do Imposto de Renda 2024 está sendo usado por mais de 40% dos contribuintes neste ano. O número representa um aumento significativo em relação ao ano passado, quando 23,9% usaram o recurso.

Porém, os dados pré-preenchidos permanecem com alguns dos problemas notados por especialistas em 2023. Ausência de saldo de conta bancária e valor da aposentadoria, informações duplicadas de investimentos e dados errados em valores de imóveis e reembolso de plano de saúde são algumas das falhas relatadas por contadores ouvidos pela Folha.

A Receita informou que recebe os dados de terceiros e que os direciona para a declaração, cabendo ao contribuinte a responsabilidade de checar a veracidade das informações.

"O que a Receita está fazendo é criando um mecanismo para mostrar: 'olha, nós já sabemos disso aqui. Ajuste, faça as correções devidas, faça as inclusões devidas. Pode ter coisa errada ali dentro? Pode", diz José Carlos Fonseca, superintendente nacional do Imposto de Renda.

A declaração pré-preenchida recebe informações de empresas, bancos, hospitais, médicos, dentistas, cartórios de imóveis, financeiras, exchanges e órgãos do governo como o **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**), por exemplo. Com isso, pode conter erros enviados por essas fonte pagadoras, que precisam ser checados e corrigidos pelo contribuinte.

Neste ano, o fisco também recebeu ainda dados de registros de aeronaves da Anac (Agência Nacional de Agência Civil) e passou a exigir a conta ouro ou prata no portal Gov.br para o contribuinte usar a pré-preenchida.

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) é um dos órgãos que enviam os dados para a **Receita Federal**. Porém, ao acessar a declaração pré-preenchida, parte dos aposentados não têm qualquer informação sobre os valores recebidos em 2023 do **INSS**.

"Os rendimentos tributáveis não estão vindo [que é o valor pago de aposentadoria], e se o aposentado

entregar assim, quase com certeza vai cair na malha fina", diz Dilma Rodrigues, sócia da Attend Contabilidade. No ano passado, a omissão de rendimentos foi o segundo motivo que mais levou contribuintes à malha fina.

Procurado, o **INSS** disse que enviou os dados para a Receita e que o beneficiário também pode acessar o informe de rendimentos pelo aplicativo Meu **INSS**. Caso ele não tenha acesso ao dispositivo, ele pode agendar ida a uma agência do órgão para retirar o informe.

Outra falha notada foi a ausência de informações das empresas que pagaram valores abaixo de R\$ 30.639,90 para os seus trabalhadores. Como a quantia permitiria que a pessoa não tivesse a obrigação de declarar, os rendimentos não são reportados à Receita.

Porém, se o trabalhador teve outros rendimentos que façam com o que o valor seja superado, ele terá de declarar o IR e precisará dos dados da empresa. Nesta situação, a recomendação é procurar a fonte pagadora e pedir o informe de rendimentos, informando os dados em Rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica.

Outra falha notada nos dados pré-preenchidos que também pode levar à malha fina é a ausência do reembolso pago pelo plano de saúde em consultas, exames e internações. O dado precisa ser informado na ficha de "Pagamentos efetuados", no campo de "parcela não dedutível/valor reembolsado".

"Este campo está vindo em branco de algumas operadoras. Até hoje, só vi um plano de saúde com informação correta. O contribuinte precisa ver se houve o reembolso, somar o que recebeu ao longo do ano e informar em valor reembolsado. Peça o relatório de reembolso ao plano de saúde", comenta Claudinei Tonon, presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.

Outro problema em gastos envolvendo a saúde é a ausência de pagamentos feitos a médicos, dentistas e outros profissionais do setor que estão registrados como pessoa física. O motivo pode ser a falta de envio de informações por parte do médico, da clínica ou do hospital.

"Já vi caso de iniciar a declaração pré-preenchida de um cliente sem uma determinada consulta. Dias depois, ela entrou na declaração. A demora ocorre porque os profissionais ainda não declararam o seu IR, ou não informaram o dado no Dmed (Declaração dos Serviços Médicos e da Saúde), ou não preencheram o Carnê-Leão", diz Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade.

Para evitar problemas, o contribuinte deve ter em mãos todos os comprovantes e notas fiscais de pagamentos feitos durante 2023 para médicos, hospitais, dentistas e outros profissionais da área. É preciso checar se as despesas também atendem as regras de dedução do Imposto de Renda, já que nem todos os gastos são aceitos para diminuir o tributo a ser pago ou aumentar a restituição.

Caso o pagamento feito não conste na pré-preenchida ou haja diferença nos valores, a recomendação é que o contribuinte declare o dado que está no comprovante e procure, se possível, a pessoa ou empresa que recebeu o valor para fazer a eventual correção.

Não há limite para dedução de valores gastos com saúde no Imposto de Renda, e o item foi o maior motivo de malha fina no ano passado, com 42,3% dos casos. "É importante que você tenha como comprovar a despesa informada", comenta Ana Carolina Monguilod, professora do Insper e sócia do CSMV Advogados.

Os bancos enviaram suas informações para a Receita até 29 de fevereiro pela e-Financeira, mas contadores notaram uma série de falhas na declaração pré-preenchida.

O primeiro deles é o saldo zerado em contas bancárias e investimentos. "A maior parte dos investimentos que são isentos de tributação como poupança, LCI (Letra de Crédito Imobiliário), dividendos de ações e FIIs (fundos de investimento imobiliário) não entrou. Está tudo em branco", afirma Tonon.

Outro problema são as fontes pagadoras de fundos de investimentos. A declaração pré-preenchida apresenta o CNPJ do banco ou da corretora onde foi adquirido o fundo, enquanto o informe de rendimentos do banco menciona o CNPJ do administrador do fundo.

"O contribuinte tem de seguir o que está no informe, pois este é o documento oficial. O que está na pré-preenchida, é sugestivo", comenta Domingos.

É preciso também verificar se o fundo de investimento deve ser declarado como rendimento isento e não

tributável ou rendimento de tributação exclusiva/definitiva. De acordo com Tonon, a informação está vindo duplicada em fichas diferentes na declaração pré-preenchida e é preciso apagar a que está errada. O informe de rendimentos é que deve ser seguido pelo contribuinte para fazer o procedimento.

Dilma Rodrigues alerta para uma falha que está ocorrendo para quem tem conta conjunta. "O correto é que a informação seja centralizada no titular, mas em alguns casos está vindo o saldo total para o titular e para a outra pessoa com quem ele divide a conta. Neste caso, o titular é quem centraliza o saldo".

A ausência de dados também está ocorrendo no caso das criptomoedas. As informações que vieram das exchanges estão incompletas e o contribuinte precisa ter todos os comprovantes de operações feitas em 2023 para reportar os dados corretos.

O modelo pré-preenchido também está apresentando dados incorretos de imóveis. As informações são remetidas pelos cartórios à Receita, mas o contribuinte precisa estar atento no valor informado nos campos "Situação em 31/12/2022" e "Situação em 31/12/2023" na ficha do imóvel em Bens e Direitos.

"Os casos de consórcio e financiamento de imóvel estão com o valor total, quando na verdade o valor que tem de ser informado é o que já foi pago pelo imóvel. Esta quantia vai aumentando ao longo do tempo até chegar ao valor total no fim do prazo ou quando o consórcio for contemplado", comenta Domingos. É preciso que o contribuinte corrija o valor e informe apenas a quantia gasta até o fim do ano passado.

A data de aquisição do imóvel também precisa ser checada, pois a informação correta a ser relatada é o dia que o pagamento foi feito. "O problema é que a declaração está vindo com a data de registro do cartório, e isso pode ter ocorrido um bom tempo depois", afirma Tonon. O mesmo problema está ocorrendo nos casos de doação ou herança. "A data correta é do óbito da pessoa, e não do acordo do inventário", diz.

No caso de quem recebe ou paga aluguel, os contadores alertam sobre falhas na declaração do pagamento de comissão feito à imobiliária ou administrador do imóvel. "Essa informação não consta em alguns casos como deduzida em rendimento tributável recebido de pessoa jurídica. É preciso pedir o informe para a imobiliária para corrigir", destaca Domingos.

Também está ocorrendo problemas na declaração de dados dos dependentes, que não estão sendo

direcionadas para a declaração do titular. "Despesas com saúde, as informações do banco, não vem nada do que está no nome do dependente. É como se o dependente não existisse", comenta Dilma.

A recomendação é que o contribuinte peça para o dependente acessar a declaração pré-preenchida para que ele tenha acesso às informações que constam no nome do dependente.

Doações inexistentes

Os contadores também relataram ausência dos dados de doações feitas em 2023 que poderiam ser deduzidas do Imposto de Renda. É permitido abater parte do valor doado a entidades de assistência a idosos, crianças e adolescentes, a leis de incentivo ao esporte, à cultura e à produção audiovisual, e também a programas de saúde como Pronon e Pronas.

Nesta situação, é preciso verificar se as entidades que receberam a doação constam nos fundos assistenciais permitidos pela Receita. Caso seja permitido, informe na ficha Doações efetuadas. É preciso ter o comprovante de doação, já que o valor doado poderá aumentar a restituição ou diminuir o imposto a ser pago.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/veja-erros-da-declaracao-pre-preenchida-do-ir-2024-e-saiba-corrigi-los.shtml>

Novo imposto preocupa

» **DENISE ROTHENBURG Enviada Especial**

A **reforma tributária** que não eleve a carga de **impostos** e políticas sociais sustentáveis, que caibam dentro do orçamento, foram duas reivindicações feitas por autoridades e empresários no Lide Brazil Investment Forum, em Nova York.

Com a experiência de quem relatou a emenda constitucional da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro foi incisivo: "Há um ano, estive aqui e falamos da **reforma tributária**, àquela altura tratada com desconfiança e descrença. No fim do ano, estava aprovada. Foi um marco histórico e não podemos perder o objetivo maior de justiça social. Não podemos permitir que numa regulamentação haja aumento de **impostos**".

A fala de Aguinaldo foi seguida, no último painel, pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, que foi direto ao cobrar do governo parcimônia em relação aos gastos. "É preciso que as políticas públicas caibam no orçamento e que avancemos em uma maior progressividade de **tributos** em relação à renda", disse Sidney.

Os empresários elogiaram o atual cenário econômico e defenderam o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Luz Carlos Trabucco Cappi, do Bradesco, considera que o país tem bônus suficientes para se tonar o país do futuro: "É preciso pragmatismo para fazer um Brasil mais respeitado na cena internacional", comentou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Appy faz ponte com frentes parlamentares antes de enviar segundo projeto da tributária - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

Governo e frentes parlamentares abriram diálogo para buscar um acordo em torno do projeto de regulamentação da **reforma tributária**. Em encontro, ontem à noite, classificado por congressistas como um marco nessa discussão, o secretário especial da reforma, Bernard Appy, reconheceu indiretamente a interdependência dos dois grupos para chegar à melhor proposta.

A conclusão entre parlamentares foi de que, finalmente, o governo colocou quem paga e quem cobra para conversar.

Diante disso, as frentes que apresentaram 13 projetos antes da matéria enviada pelo governo estão dispostas a apresentar, no dia 27, um novo texto. Desta vez, consolidando convergências para debater no grupo de trabalho que será montado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira.

I VOLTOU... Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Rafael Prudente (MDB) desistiu de entregar à deputada Tabata Amaral (PSB) a relatoria de um projeto de lei que regulamenta o Imposto Seletivo (conhecido como imposto do pecado) da **reforma tributária**. O texto é das frentes parlamentares, e diferente do apresentado pelo governo.

I ...ATRÁS. Rival de Ricardo Nunes (MDB) na disputa pela Prefeitura de São Paulo, Tabata havia pedido a relatoria. Ela chegou a ser designada no sistema oficial da Câmara. Ontem, porém, Prudente a destituiu do posto e se autoneomeou relator da matéria.

I NADA A VER. O presidente da comissão de Meio Ambiente negou que a troca na relatoria tenha um pano de fundo eleitoral.

"Foi uma falha interna da comissão, que distribuiu a relatoria para a deputada Tabata, um quadro importante. Mas tudo já foi corrigido", declarou à Coluna.

I REPARAÇÃO. O Movimento Negro Evangélico

lançou um manifesto para cobrar as cinco igrejas estabelecidas no Brasil antes de 1888 a divulgarem seus documentos internos sobre o período da escravidão. O documento exige das igrejas "pedido de perdão oficial ao povo negro brasileiro".

I UNGIDO. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, indicou ontem o subprocurador-geral da República Nicolao Dino, irmão do ministro Flávio Dino, do STF, para assumir a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

I REVÉS. Em 2017, Dino liderou a lista tríplice dos procuradores para comandar a PGR, mas foi preterido.

Nos bastidores do Ministério Público Federal, avalia-se que o procurador, por ser irmão de ministro do STF, teria perdido condições políticas de chegar ao cargo. Além disso, desde Jair Bolsonaro os presidentes deixaram a tradição de indicar o primeiro colocado da lista tríplice.

I DEVOLVA. O PSDB foi à Justiça para reaver o controle do Instagram do diretório municipal. Em ofício ao Tribunal de Justiça de São Paulo, a sigla diz que Fernando Alfredo, destituído do comando da Executiva paulistana, ainda está com a senha do perfil, o que pode prejudicar o desempenho da legenda nas eleições.

I EU NÃO. À Coluna, Alfredo disse que a conta era dele e que, depois de sua saída do comando da sigla, trocou o nome do perfil para "Militância Tucana PSDB-SP".

VODCAST "DOIS PONTOS": hoje sobre o inquérito das fake news

"Esses inquéritos têm delimitação precária de escopo e negam o direito de revisão jurisdicional. Se alguém é investigado e julgado pelo STF, onde recorrer?"

Caio Morau

Doutor em Direito pela USP

"É inimaginável você banir a atuação de alguém nas

redes sociais. As fake news devem ser combatidas com a verdade. Jamais com atos extremos como este."

Marco Aurélio Mello

Ex-presidente do STF

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Criação de empregos impulsiona crescimento do País - SECOVI

SECOVI

Quando a economia não vai bem, o desemprego é um dos primeiros sintomas apresentados. É por isso que qualquer melhora na taxa de contratações é um positivo sinal. E o Brasil apresenta bons resultados.

O mercado formal de trabalho fechou o primeiro trimestre deste ano com a criação de 719 mil empregos, considerando admissões menos demissões. Uma alta de 33,9% em relação ao registrado no mesmo período de 2023, quando os novos postos com carteira assinada atingiram 536,8mil.

O setor de construção contribuiu com a geração de quase 110mil empregos 15% do total. Esta participação tem a ver com vários fatores, dentre eles a gradual retomada de obras de infraestrutura e, principalmente, pela positiva dinâmica do mercado imobiliário - 45.630 novas vagas -, cujo desempenho é acompanhado mensalmente pela Pesquisa Secovi confira os últimos dados em <https://secovisp.com/PMI>.

A construção responde pela geração intensiva de empregos. A continuidade desse processo depende de inúmeras condições, dentre elas a regulamentação da **reforma tributária**. Preocupados com eventual aumento da carga tributária sobre o setor, Secovi-SP e outras entidades da área têm dialogado intensamente com o governo para promoção de ajustes na proposta apresentada. Encarecer o preço do imóvel significa impedir que famílias comprem a casa própria, reduzir a produção de unidades e, conseqüentemente, a oferta dos postos de trabalho que a sociedade precisa.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entidades se unem para pleitear fim da isenção até US\$ 50

RODRIGO MOINHOS

A isenção para importados de até US\$ 50 tem impactado diretamente setores como varejo e indústria, estabelecendo uma concorrência desleal - ao serem taxados em 17% - enquanto o varejo e a indústria nacionais arcam com até 90% de **impostos**. Por conta desse cenário, o Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas de Minas Gerais (Sindimalhas), mais de 60 entidades brasileiras e centrais sindicais assinaram um documento pedindo aos deputados federais para votarem pelo fim da isenção de **impostos** dos importados com valor abaixo de US\$ 50.

No documento, as entidades, das quais fazem parte a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fie-mg), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Feco-mércio MG), dentre outras do Estado, pedem o apoio de todos os deputados ao relatório do deputado Átila Lira (PP) sobre o Projeto de Lei (PL) 914/24, que prevê o fim da isenção do imposto de importação no envio de encomendas feitas por meio de plataformas de e-commerce internacionais. Dentro de alguns dias, os parlamentares deverão apreciar o PL que retira a isenção das importações de baixo valor que hoje são feitas, principalmente, por plataformas estrangeiras.

No pleito das entidades é enfatizado que "a proposta atende aos apelos de todo o setor varejista e produtivo brasileiro, que enfrenta, desde agosto de 2023, uma luta pela sobrevivência, em um cenário de total desequilíbrio entre os **impostos** cobrados da indústria e do varejo atuantes no Brasil. Esta absoluta falta de isonomia tributária foi gerada pela edição de portaria do governo federal que isentou do imposto de importação as vendas feitas por estas plataformas internacionais".

Segundo o presidente do Sindimalhas, Aroldo Teodoro Campos, todos os setores estão sofrendo demais com essa concorrência desleal praticada por essas plataformas de e-commerce internacionais. "Produzimos aqui no País, gerando empregos e pagando **impostos** para virem empresas do exterior e venderem com tributação bem menor. O varejo vem enfrentando dificuldades desde essa mudança na cultura de consumo, com as compras on-line", constatou o dirigente.

Para Campos, assim que for estabelecido o fim da isenção, é possível que o varejo e a indústria consigam um pouco mais de fôlego para se recuperar. "Assim que acabarem com essa "anomalia" tributária, será possível impulsionar a indústria nacional. Essa concorrência desleal tem levado ao fechamento de empresas, especialmente pequenas e médias, impactando diretamente os postos de trabalho", afirmou.

Geração de empregos - De acordo com o documento, "o varejo é o maior empregador privado brasileiro, responsável por mais de 10 milhões de postos de trabalho, enquanto a indústria nacional emprega cerca de 8 milhões de pessoas. Mas, se a isenção perdurar, acabará forçando a prática do varejo para fora do País, destruindo milhões de empregos e desperdiçando a geração de bilhões de riqueza ao nosso País".

Entretanto, o presidente do Sindimalhas afirmou que ainda há luta contra essa anomalia tributária, para fazer com que a indústria nacional e o varejo voltem a crescer e gerar empregos. "Acredito que as tratativas já estão bem adiantadas no Congresso Nacional. Afinal, eles entendem o quão danoso é esse cenário para o País. Entendo que a **reforma tributária** resolverá o assunto, mas esperamos que antes da reforma já tenhamos resultados positivos com esse projeto de lei", avaliou o dirigente.

O documento também denuncia o que seria a propagação de fake news por parte das plataformas internacionais de e-commerce, que estariam ameaçando deixar de atuar no Brasil caso venham a pagar a taxa de importação de 90%. "Comprova-se aqui que a maior vantagem competitiva das plataformas internacionais é a isenção de **impostos** e não seu modelo de negócios como elas alegam", criticam as entidades que assinaram o documento.

Por fim, o **comunicado** do setor produtivo nacional apela aos deputados para que não desperdicem a oportunidade de salvar a atividade econômica e os empregos do varejo e da indústria nacional, dizendo sim ao relatório do deputado Átila Lira ao PL 914/24. Proposta esta considerada "jabuti" que, inclusive foi inserida em um outro tema, para tramitar na Câmara em regime de urgência, com o texto indo para votação,

sem precisar passar pelas comissões.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-15-05-2024/>

Reforma tributária: como fica o imposto de veículos e quais as regras para táxi e PCD

Nivaldo Souza

A **reforma tributária** deve reduzir a carga de imposto sobre diversos bens industriais, mas ainda há dúvidas sobre o que vai acontecer com os veículos automotores.

O projeto de regulamentação da reforma enviado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso inclui alguns veículos no regime diferenciado do Imposto Seletivo, apelidado de "imposto do pecado", cuja finalidade é taxar produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas, cigarros e refrigerantes.

A inclusão de carros e outros veículos automotores nessa lista não agradou as montadoras, que esperavam uma redução de **impostos** (leia mais abaixo).

Isso significa que alguns carros e veículos comerciais leves poderão ter carga superior à média de 26,5% prevista com a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

O projeto prevê alíquota zero do seletivo para automóveis ou comerciais leves considerados "veículos sustentáveis", de acordo com critérios de emissão de dióxido de carbono, reciclagem veicular e realização de etapas fabris no Brasil.

As alíquotas do Imposto Seletivo serão definidas de acordo com seis critérios: potência; eficiência energética; desempenho estrutural e tecnologias assistivas à direção; reciclabilidade de materiais; pegada de carbono; e densidade tecnológica.

AVALIAÇÃO DO SETOR

De acordo com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), a carga atual dos automóveis formada pelo IPI, PIS/Cofins e ICMS varia de 24,7% a 32,3%, conforme o tipo de combustível. Para comerciais leves, caminhões, tratores e ônibus a carga varia entre 16,3% e 24,3%.

A expectativa era de manutenção ou uma possível redução da carga atual para estimular a descarbonização da frota em circulação do país.

"O setor recebeu com surpresa a proposta de inclusão de automóveis no Imposto Seletivo. A renovação da frota é fundamental para a descarbonização, e o Imposto Seletivo tem por objetivo exatamente o contrário, afastar o consumo, tal como ocorre com bebidas alcoólicas e tabaco", afirma em nota a Anfavea.

A entidade, contudo, avalia a reforma como positiva para reduzir o gasto anual de R\$ 2,3 bilhões com a burocracia existente hoje para recolher **impostos** no país.

Na avaliação do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), a proposta elaborada pela Fazenda está alinhada com a meta de descarbonização da frota de veículos em circulação no país prevista no Mover (Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação), que deve conceder R\$ 19,3 bilhões em incentivos fiscais para as montadoras que investirem em tecnologia mirando a sustentabilidade e a eficiência energética até 2028.

"O Mover também cria o IPI Verde -que está em discussão no MDIC e ainda será regulamentado, com alíquotas menores para quem polui menos. O IPI Verde deverá vigorar até 2028 e está em linha com as propostas da Fazenda para a transição ecológica e a **reforma tributária**", disse o ministério em nota.

A proposta da equipe econômica prevê isenção de IBS e CBS sobre veículos adquiridos por taxistas e PCD (pessoa com deficiência física).

Para taxistas, ela se aplica a automóveis de até 2.000 cilindradas (carro 2.0); com motorização elétrica, híbrida (flex) ou renovável (etanol). Nesses casos, também há isenção do Imposto Seletivo.

Para a pessoa com deficiência (física, visual, auditiva, mental severa ou profunda) ou transtorno do espectro autista, as alíquotas serão zeradas sobre o valor de até R\$ 70 mil, para veículos de até R\$ 120 mil. Veículos acima deste valor, com limite de R\$ 200 mil, terão direito apenas à isenção do seletivo.

O projeto também prevê isenção de 60% ou total para 33 dispositivos de acessibilidade adicionados ao veículo.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/05/reforma-tributaria-como-fica-o-imposto-de-veiculos-e-quais-as-regras-para-taxi-e-pcd.shtml>

O que falta para o Brasil atrair mais investimentos? Empresários respondem

Giuliana Saringer

A insegurança é um dos principais motivos que afastam o investimento estrangeiro no Brasil. O UOL ouviu empresários que participaram do Lide Brazil Investment Forum nesta terça-feira (14), em Nova York, para entender o que repele o dinheiro estrangeiro do país e o que, na visão deles, precisa ser feito para melhorar o ambiente de negócios brasileiros.

A insegurança jurídica é um dos principais entraves para o Brasil atrair investimento. Gustavo Ribeiro, vice-presidente da Hapvida, empresa de planos de saúde, afirma que há dificuldades no âmbito tributário, trabalhista e na saúde, setor em que a empresa atua.

Apesar de o país ter uma insegurança política, ela pesa menos nos negócios, para Ribeiro. Segundo ele, os Estados Unidos também enfrenta uma forte polarização.

Gustavo Ribeiro, vice-presidente da Hapvida

O Brasil deve buscar por estabilidade para atrair mais investidores. Bruno Ferla, vice-presidente jurídico, compliance e relações internacionais da BRF, afirma que é preciso ter estabilidade política, tributária, monetária e também em relação a taxa de juros, que é determinante na hora de tomada de decisão de investimentos. Em momentos de juros altos, a tendência é que o país receba mais investimento no mercado financeiro, o que não é tão interessante, para Ferla.

Bruno Ferla, executivo da BRF

Preocupação com o equilíbrio das contas públicas é fundamental. Isaac Sidney, presidente da Febraban, afirma que o Brasil dá passos em direção ao controle das contas e que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está comprometido com a agenda, mas que é preciso manter o foco neste objetivo para melhorar ainda mais o ambiente de negócios.

Isaac Sidney, presidente da Febraban

As mudanças constantes na carga tributária têm um forte impacto nos negócios. É o que diz Gustavo Werneck, presidente da Gerda, que afirma que de

2023 para 2024, a empresa teve um aumento de 13% em carga tributária, pagando R\$ 250 milhões a mais de **impostos** de um ano para o outro. Werneck afirma que é importante olhar para o equilíbrio fiscal e para a recomposição de receitas, mas que a previsibilidade da tributação é essencial para atrair investimento.

O empresário diz que vai conversar com investidores e acionistas dos Estados Unidos nesta semana. "É difícil explicar para ele [investidor] como que temos um crescimento de carga tributária de R\$ 250 milhões de um ano para o outro", afirma Werneck. Segundo o executivo, hoje 70% dos investidores da empresa estão localizados na América do Norte.

Ribeiro afirma que os governos têm tomado boas medidas para atrair o capital estrangeiro. O executivo cita a reforma trabalhista feita pelo ex-presidente Michel **Temer**. A **reforma tributária** veio com um bom texto, na avaliação do executivo, mas ainda é uma incógnita, porque ainda precisa de muitas regulamentações para que comece a valer.

Diminuir a judicialização é um dos caminhos para atrair mais investimento. Ribeiro afirma que existe uma cultura de judicialização no Brasil, o que implica em custos altos para as empresas. Na saúde, ele considera que falta o judiciário focar nas regras pré-estabelecidas e nos contratos, além de haver a necessidade de um assessoramento técnico dos juízes na hora de avaliar casos do setor.

A judicialização é negativa para todo negócio: o grande número de processos serve como motivo de repulsa para os investidores do exterior, que não conhecem em detalhes a dinâmica de negócios no Brasil, diz Ferla. Ao resolver essas questões, que o executivo considera estruturais, o Brasil tem mais chances de investimento, já que tem uma economia grande, resiliente e um enorme mercado consumidor.

O maior problema da judicialização é que processos mudam "a regra do jogo". Ao alterar um entendimento sobre um tema, isso pode impactar todo o resto do sistema, o que traz insegurança, para Dyogo Oliveira, presidente da CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras).

Para o executivo, hoje o maior desafio é que o investidor estrangeiro muitas vezes já conhece o

Brasil. No entanto, muitos deles tiveram experiências ruins, o que dificulta a atração do capital novamente.

Dyogo Oliveira, presidente da CNseg

Com controle das contas públicas por meio do teto de gastos e, agora, do arcabouço fiscal, os estrangeiros conseguem ter mais previsibilidade para investir no Brasil. A regulamentação da **reforma tributária** também é uma medida que ajuda a dar mais estabilidade aos investidores. É o que diz Henrique Meirelles, presidente da consultoria HMAEAssociados, ex-ministro e ex-presidente do Banco Central.

Henrique Meirelles, presidente da HMAEAssociados

*A repórter viajou a Nova York a convite do Lide.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/05/15/o-que-falta-para-o-brasil-atrair-mais-investimento-estrangeiro.htm>

Câmara vota hoje tributação sobre compras internacionais

» **RAFAELA GONÇALVES**

O Congresso pode votar hoje a proposta que põe fim à isenção de compras de até US\$ 50, dispositivo incluído no Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

Alvo de divergências dentro da própria base governista, o texto derruba isenção às empresas inseridas no programa Remessa Conforme para que todas as compras vindas do exterior passem a contar com o imposto de importação de 60%.

Entidades da indústria, varejo e comércio brasileiros se reuniram ontem com parlamentares para pressionar por uma solução para o tema. O relator da matéria, deputado federal Átila Lira (PP-PI), que levantou a bandeira em favor das empresas nacionais, sinalizou que não abrirá mão do trecho. "Nosso intuito é votar nesta quarta-feira, retirar a emenda eu não tiro. Só votamos se for tudo junto", disse a jornalistas, após o encontro.

Ele rebateu as críticas de que o dispositivo seria um jabuti - jargão do Legislativo para trechos que pegam carona no projeto original sem relação direta com a pauta. A matéria seria apreciada na semana passada, mas a falta de consenso fez com que os deputados adiassem o tema.

Guerra por isonomia Atualmente, as remessas importadas de até US\$ 50 de empresas inseridas no Remessa Conforme tem a incidência apenas de uma alíquota de 17% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), destinado aos estados. Enquanto isso, de acordo com as entidades representativas, a indústria nacional suporta uma carga tributária de 90%.

Segundo Flávio Rocha, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e proprietário da rede de lojas de departamento Riachuelo, o setor produtivo clama por isonomia na cobrança dos **tributos**.

"O que estamos vivendo é um absurdo. Estamos reivindicando somente a equiparação da tributação, queremos competir com igualdade de condições, não queremos privilégio", disse.

Varejistas estrangeiras estimam que o novo imposto pode encarecer as compras em até 100%, chegando a dobrar o preço final dos produtos para o consumidor. "Taxar remessas internacionais em patamares excessivos e desproporcionais com a tributação interna não é a resposta adequada", defendeu a Shein, em **comunicado**.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Tragédia no Sul pode tirar até 0,4 ponto porcentual do PIB

**MÁRCIA DE CHIARA | COLABOROU DANIEL TOZZI
MENDES | ISADORA DUARTE/BRASÍLIA**

As inundações que assolam o Estado do Rio Grande do Sul podem tirar até 0,4 ponto porcentual da taxa de crescimento da economia brasileira neste ano, apontam avaliações preliminares de consultorias econômicas e bancos. O relatório Focus do Banco Central, divulgado na segunda-feira, indicou que a mediana das projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024 está em 2,09%, número que ainda não inclui os estragos da catástrofe climática.

O Rio Grande do Sul tem papel importante na economia nacional: respondeu por 6,5% do **PIB** brasileiro em 2021, segundo dados do Sistema de Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Estado só é superado por São Paulo, que detém 30,2% do **PIB**, Rio de Janeiro (10,5%) e Minas Gerais (9,5%).

Em meados de abril, antes do início das chuvas torrenciais no Estado, a Tendências Consultoria Integrada projetava crescimento de 2,9% para o **PIB** gaúcho neste ano. O resultado seria puxado pelo desempenho positivo da agropecuária, com destaque para a produção de soja, milho e arroz - após dois anos consecutivos de quebras de safras -, e pela recuperação da produção industrial, sobretudo de veículos, metalurgia e alimentos.

No entanto, "esse panorama foi completamente alterado pela catástrofe iniciada no fim do último mês", apontam os economistas da consultoria, em relatório.

Eles ressaltam os impactos negativos diretos das cheias na agropecuária e na indústria.

Os economistas da Tendências ainda não se arriscam a projetar o tamanho do estrago no **PIB** pelo fato de a tragédia ainda estar em curso.

Já o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, calcula que o impacto da tragédia no **PIB** brasileiro poderá ser de 0,4 ponto neste ano. "É difícil estimar perdas no calor dos acontecimentos, com novo ciclo de chuvas chegando à região", pondera Vale, em relatório. De acordo com projeções da MB Associados, o **PIB** do Rio Grande do Sul cresce 3,5%

até abril.

Vale reitera que a consultoria projeta crescimento de 2% para o **PIB** nacional em 2024, mas enxergava a possibilidade de revisão para cima, o que a tragédia do Rio Grande do Sul afastou. "Reforçamos, assim, nosso número de 2%, e diminuimos a chance de números mais próximos de 2,5%, que poderiam ser uma possibilidade", afirmou em relatório.

Mais cauteloso, o departamento econômico do Bradesco espera recuo de 0,2 a 0,3 ponto porcentual no **PIB** deste ano por causa das cheias no Sul. Levando em conta que a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul projetava crescimento do **PIB** gaúcho de 4,7% neste ano e considerando as regiões atingidas, o peso relativo das atividades econômicas e as experiências do passado, como o ciclone de 2008 e a pandemia, os economistas do banco projetam que o **PIB** do Estado neste ano não irá crescer ante 2023.

De acordo com a análise, o maior impacto na atividade econômica será sentido em maio.

"Em junho, acreditamos que grande parte das atividades estará normalizada, a depender dos danos físicos e do ritmo de reconstrução", observam os economistas em relatório.

A agropecuária será uma das atividades mais impactadas pelas cheias, na análise do Bradesco.

O setor responde por 15% do **PIB** estadual, o que representa 12,6% do **PIB** agropecuário brasileiro. Arroz, soja, trigo e carnes são os principais produtos produzidos, apontam os economistas do banco. O Estado respondeu por 12% dos abates de suínos e 9,5% dos abates de frangos em 2023. O maior reflexo deve ser sentido na produção de suínos.

TRANSFORMAÇÃO. Desdobramentos também devem ocorrer na indústria de transformação, preveem economistas do Bradesco. A indústria de transformação responde por 18% do **PIB** estadual e passa de 8% da indústria brasileira, com destaque para calçados, móveis, produtos de metal e máquinas e equipamentos.

Nas contas do Banco Santander, o impacto das enchentes deve ser de 0,3 ponto porcentual no

crescimento do **PIB** nacional, estimado até antes das chuvas em 1,8%.

*

Perda na safra é de pelo menos 1 milhão de toneladas, estima Conab | ISADORA DUARTE/BRASÍLIA

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) calcula, de forma preliminar, que as perdas na safra de grãos 2023/24 no RS devem alcançar cerca de 1 milhão de toneladas. Na avaliação do órgão, o impacto maior deverá ocorrer com a soja, já que 35% das lavouras do Estado ainda não haviam sido colhidas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Depois de ata do Copom, mercado já vê fim de novas reduções dos juros

I DANIEL TOZZI MENDES, MARIA REGINA SILVA e GABRIELA JUCÁ/SÃO PAULO e ALVARO GRIBEL/BRASÍLIA

Divulgada ontem, a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) - que terminou com a redução da Selic em 0,25 ponto porcentual, de 10,75% para 10,5% ao ano - reforçou a preocupação do Banco Central com a trajetória da **inflação** e, na avaliação de analistas, deixou a porta aberta para um cenário que não estava no radar de ninguém até agora: o fim imediato do ciclo de cortes da taxa básica de juros - que fecharia o ano ainda em dois dígitos.

A ata trouxe duas mensagens.

A primeira, de que o racha entre os quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o BC - e que defenderam um corte maior para a Selic, de 0,5% - e os outros cinco integrantes do Copom tinha a ver com a forma de comunicação do BC, e não com uma possível leniência com a **inflação** - principal temor do mercado desde a semana passada (mais informações na pág. B2).

A outra mensagem diz respeito aos próximos passos da política monetária. Apesar da divisão na hora de arbitrar um índice de corte para a Selic, todos os nove diretores entenderam que, em função das projeções para a **inflação**, é preciso uma política "mais contracionista, mais cautelosa e sem indicações sobre os próximos passos". Segundo a ata, essa é a posição "mais apropriada diante do cenário global incerto e do cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas".

Além disso, diz que é preciso "ancorar" as expectativas, ou seja, levar as projeções de mercado para a meta de 3% nos próximos anos. "Todos corroboraram o entendimento de que a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta." "PAUSA PROLONGADA". O cenário de aperto monetário já apareceu no resultado de pesquisa feita ontem pelo Projeções Broadcast, que consultou 38 instituições financeiras, entre bancos e administradores de recursos. A mediana para a Selic subiu de 9,75% para 10% em 2024. Já a previsão de data para encerramento do atual ciclo de corte, que antes era em setembro, agora foi puxada para junho.

"A ata do Copom veio bastante dura e, a nosso ver, abriu a porta para o fim do ciclo de flexibilização", disse o economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita, em relatório. Por ora, o banco ainda vê o Copom reduzindo o juro básico em 0,25 ponto na reunião de junho, com a Selic parando em 10,25% - "seguido por uma pausa prolongada".

A projeção anterior do banco era de 9,75%.

O Banco Inter também trabalha, neste momento, com mais uma queda de 0,25 ponto na reunião de junho. Mas a economista-chefe da instituição, Rafaela Vitória, não descarta que, a depender da conjuntura, o BC opte por parar de cortar o juro já no próximo encontro.

Na sua avaliação, a ata deixou claro que os próximos passos do comitê estão em aberto e que ainda não há consenso entre os membros do colegiado sobre qual será o nível da Selic ao fim do atual ciclo de cortes. "O tamanho da restrição monetária suficiente para a reancoragem de expectativas ainda é a principal dúvida." Alguns analistas, porém, já trabalham com uma taxa final da Selic em 10,5% ao ano - que é o patamar atual. É o caso do economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez.

Ele avalia que a perspectiva de um novo corte de juros vai contra o rigor da ata divulgada ontem.

O cenário-base da corretora incorporou a reunião deste mês como sendo a da última redução da Selic, que fecharia o ano, então, em 10,5%.

A equipe de macroeconomia da XP Investimentos também passou a prever no seu cenário a possibilidade de fim do ciclo de redução da Selic. "Usando um modelo similar ao do Copom, nossos cálculos sugerem que a taxa Selic em ou acima da nossa projeção de 10% seria necessária para trazer a projeção de **inflação** de 2025 para a meta", dizem os economistas, em relatório. "Especialmente porque vemos a expectativa de mercado de 2025 subindo ainda mais nas próximas semanas." "AMBIENTE MAIS DIFÍCIL". Para Alvaro Frasson, economista do BTG Pactual, a ata foi muito clara ao apontar como o cenário se deteriorou desde o encontro anterior do colegiado - em março. Ele destaca que, desta vez,

houve por parte do comitê muito mais preocupação com o cenário doméstico do que com o cenário internacional.

Com isso, o economista avalia que o cenário-base do BTG hoje, de Selic em 10% ao fim do atual ciclo de afrouxamento, com mais duas reduções de 0,25 ponto, é "otimista" e que "o ambiente está mais difícil para corte de juro".

"A ata do Copom veio bastante dura e, a nosso ver, abriu a porta para o fim do ciclo de flexibilização"

Mario Mesquita Economista-chefe do Itaú

"A extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta"

Trecho da ata do Copom

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Conteúdo da ata do Copom desfaz receio de leniência com a inflação

ALVARO GRIBEL

ALVARO GRIBEL É REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

A ata divulgada ontem pelo Copom pôs fim ao mistério sobre o racha que aconteceu na última reunião do Banco Central, quando a Selic caiu de 10,75% para 10,5%. A divergência foi na "forma", e não no "conteúdo".

Os quatro diretores indicados por Lula - e que votaram por um corte maior, de 0,5 ponto - entenderam que era preciso reforçar a comunicação institucional do BC, em uma crítica velada à forma como o presidente Roberto Campos Neto alterou o "forward guidance", ou indicação, da política monetária, durante evento para o mercado financeiro em Nova York.

Fala na última semana do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia dado o tom de que a discordância entre os diretores era menor do que o mercado imaginava.

Como apontou o economista- chefe de um grande banco, os mais pessimistas do mercado financeiro não reclamaram da ata, e isso já é um bom sinal, já que existe, de fato, uma má vontade de grande parte dos investidores com a política econômica do governo Lula. Como o presidente da República vem errando sistematicamente em seus comentários sobre a economia, reclamando do BC e exaltando o aumento de gastos, se transfere para os seus indicados esse mesmo mau humor.

E há também, é claro, a memória ainda fresca do que foi a gestão de Alexandre Tombini no BC, sob Dilma Rousseff, que baixou os juros na marra e fez o País colher **inflação** mais alta logo mais à frente. Essa foi uma das causas da brutal recessão que o Brasil enfrentou a partir de 2015.

A grande pergunta que fica é se o ruído valeu a pena e se não houve perda de reputação para os quatro indicados por Lula.

Aparentemente, não há critérios objetivos para essa desconfiança.

E como o País está vivenciando pela primeira vez a

independência formal do BC, o processo é novo, e haverá turbulências.

O debate sobre a forma de o BC se comunicar, contudo, é bastante válido. Se uma empresa de capital aberto precisa emitir um fato relevante para informar o mercado, buscando sempre a isonomia na informação, por que um BC deve alterar a sua política monetária em uma declaração informal, durante evento promovido por investidores no exterior?

A ata conseguiu desfazer o mal-estar do **comunicado** da última reunião.

Fora do protocolo

Indicação informal dada pelo presidente do BC de que cortes iam mudar gerou questionamentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ata mostra concordância sobre juro mais restritivo

THAÍS BARCELLOS E LUANA REIS BRASÍLIA E RIO

Apesar do racha na decisão, os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central concordaram, de forma unânime, que a conjuntura mais incerta no país e no exterior demanda uma política monetária mais contracionista, ou seja, um patamar de juros mais elevado para segurar a **inflação**. O Copom ainda reforçou o "firme compromisso" com a convergência da **inflação** para a meta de 3%.

As informações constam na Ata que explica a decisão do Copom, na semana passada, de reduzir o ritmo de corte da Taxa Selic - que caiu 0,25 ponto percentual, de 10,75% para 10,50% ao ano.

A ata explicou que a divergência - foram 5 votos a 4 - sobre o ritmo a ser adotado deveu-se a um possível risco de credibilidade ao se alterar a indicação dada na reunião anterior, em março.

Segundo o documento, "todos os membros concordaram que a adoção de uma política monetária mais contracionista, mais cautelosa e sem indicações futuras sobre os próximos movimentos mostrava-se mais apropriada diante do cenário global incerto e do cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas." A divulgação da ata levou alívio ao mercado. O dólar comercial caiu 0,39%, a R\$ 5,13.

-A ata do Copom veio mais calma do que o mercado esperava. Os membros que votaram em um corte de 0,5 deixam claro que isso não deve ser visto como leniência -explica Jansen Costa, sócio fundador da Fatorial Investimentos.

"CUSTO REPUTACIONAL"

No dia da reunião, surpreendeu o fato de os diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Gabriel Galípolo, Paulo Picchetti, Ailton Aquino e Rodrigo Teixeira -terem defendido um corte de 0,50 ponto, como havia sido indicado em março. Aqueles indicados no governo anterior e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, votaram por redução de 0,25 ponto.

A ata mostrou que os membros que queriam um corte

maior apontaram "o custo de oportunidade de não seguir o guidance (sinalização)." Em abril, no entanto, Campos Neto havia dito que a maior incerteza, com a perspectiva de juros altos nos EUA e a mudança da meta fiscal no Brasil, poderia levar a uma desaceleração no ritmo de cortes.

Mas Galípolo, Picchetti, Aquino e Teixeira defendiam a redução na magnitude sinalizada em março, "reafirmando o firme compromisso com a meta" de **inflação**. Para eles, um corte de 0,50 ponto ainda manteria a política monetária "suficientemente contracionista".

Os demais, porém, afirmaram que o cenário previsto em março não havia se confirmado, e uma redução menor seria mais apropriada para atingir a meta de **inflação** de 3% em 2025. Segundo a ata, eles "ressaltaram que muito mais importante do que o eventual custo reputacional de não seguir um guidance (...) é o risco de perda de credibilidade sobre o compromisso com o combate à **inflação**." A ata também ressaltou que "a tragédia no Rio Grande do Sul, além dos seus impactos humanitários, terá desdobramentos econômicos." Para o ex-diretor do BC Tony Volpon, chamou atenção o fato de o grupo minoritário não ter traçado um cenário alternativo para justificar um corte maior na Selic. Assim, ele avalia que a próxima reunião do Copom, em junho, será um novo "teste de credibilidade" dos indicados por Lula: -Essa aparente concordância sobre o diagnóstico e o compromisso em comum com a meta e ancoragem de expectativas indica que o grupo de 0,50 ponto deve votar com a maioria para manter a Selic estável até que as condições melhorem.

MAIS UM CORTE DE 0,25

Já a economista-chefe e fundadora da consultoria Buysidebrazil, Andréa Damico, acredita que o Copom deve optar, de forma unânime, por um corte de 0,25 ponto em junho, que seria o último do ciclo iniciado em agosto do ano passado.

Para Marcelo Fonseca, economista-chefe da REAG Investimentos, a ata não desfez a desconfiança em relação aos novos diretores: -O grupo a favor do 0,50 ponto ainda está se pautando pela **inflação** corrente temporariamente muito baixa e o patamar dos juros reais, que, para eles, ainda é muito alto.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Copom adota tom duro em ata e leva mercado a ver Selic acima de 10%

Victor Rezende, Gabriel Roca e Gabriel Shinohara De São Paulo e Brasília

Com a missão de levar o mercado a ver uma coesão no Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), a ata da decisão, divulgada ontem, se provou bem-sucedida, ao menos por ora. O tom ainda mais duro que o do **comunicado** surtiu efeito, ao levar o mercado a enxergar, de forma consensual, que o espaço para a continuidade da flexibilização da Selic diminuiu ainda mais. Como resultado, as projeções dos agentes apontam para um juro básico que deve seguir em dois dígitos. A única dúvida é sobre se um corte de 0,25 ponto percentual na Selic em junho está ou não sobre a mesa.

Após o dissenso na reunião do Copom, a expectativa pela ata aumentou de forma expressiva. Já era esperado, entre os participantes do mercado, que o documento seguisse um tom conservador, mas explicasse o que provocou a divisão do colegiado na decisão. Essas expectativas foram alcançadas e, diante de uma visão bastante "hawkish" (dura) da comunicação, houve uma convergência das projeções dos economistas de mercado para uma Selic que, talvez, não alcance nem mesmo os 10%.

Esse cenário é defendido pelo economista-chefe da Adam Capital, Juliano Cecilio, ao observar que, na ata, o grupo que votou por um corte maior nos juros também enfatizou a necessidade de flexibilidade nas decisões a partir de junho. Para ele, essa indicação dá peso a um cenário no qual o processo de afrouxamento da Selic chega ao fim. Não por acaso, a Adam trabalha com um cenário em que o juro básico se mantém em 10,5% ao menos até o fim deste ano.

"Esse cenário, para mim, já era majoritário, porque eu esperava e continuo esperando alta [das expectativas de **inflação**] do Focus, mas o complemento veio hoje [ontem] na ata", aponta Cecilio. Ele enfatiza que, de acordo com o documento, os diretores que votaram por um corte maior na Selic "o fizeram apenas em respeito ao "guidance" e "estão juntos no combate à desancoragem das expectativas".

O cumprimento do "forward guidance", nesse sentido, se mostrou um ponto chave na ata. O "custo reputacional" sobre se valeria a pena seguir o "guidance" da reunião de março - que indicava um

corte de 0,5 ponto na decisão de semana passada - foi usado como argumento pela ala do Copom que votou por um corte mais intenso nos juros, já que abandonar a indicação "poderia levar a uma redução do poder das comunicações formais do Comitê".

Na visão do economista-chefe para Brasil do Bahia Asset Management, Luiz Maciel, no entanto, a discussão da ala mais "dovish" (suave) do colegiado "é um pouco inconsistente" diante da mudança observada no cenário econômico. A gestora não espera mais reduções nos juros e, assim, vê a Selic em 10,5% até o fim deste ano.

"O grupo formado pelos nomeados no governo atual acha que o cenário não mudou de maneira suficiente para retirar o "guidance". Claro, existe uma discussão técnica e é possível defender um corte de 0,5 ponto, mas, para mim, é um pouco inconsistente esse debate. Até porque, olhando para o livro-texto da economia, o BC tenta ancorar as expectativas de juros e de **inflação**. A partir do momento em que está preocupado com isso, se o cenário muda e o BC não muda o que planeja fazer com os juros, as pessoas param de acreditar que esse BC irá perseguir a meta", enfatiza Maciel.

O economista nota que as expectativas inflacionárias de 2025 saíram de 3,50% para 3,64%, mas observa que, para uma parte dos membros do colegiado, não houve piora suficiente. "Isso dá margem para o mercado ficar preocupado com o BC de 2025 em diante", afirma. "Assumindo que pode ser verdade que o novo presidente já esteja no Copom hoje, nossa visão é de que futuramente o BC poderá ser mais sensível ao crescimento econômico e pode não abrir mão desse crescimento para controlar a **inflação**. Eu fico muito preocupado. Acho que as expectativas começaram a piorar e vamos continuar vendo esse movimento à frente." O Boletim Focus, inclusive, deve se tornar ainda mais protagonista para a condução da política monetária à frente, diante do compromisso firmado por todos os membros do Copom com a ancoragem das expectativas de **inflação** em suas metas. Nesse sentido, parte dos agentes de mercado já pressupõe que, até a reunião de junho, haverá uma piora no comportamento das projeções de **inflação** de médio prazo (de 2025 em diante).

"Já vimos uma desancoragem adicional das

expectativas ontem [na segunda-feira] no Focus. Tivemos um aumento da média das projeções em cerca de 0,1 ponto e também vimos um aumento claro na mediana das expectativas dos economistas que atualizaram suas projeções nos últimos cinco dias", observa o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, cuja projeção para a Selic no fim deste ano passou de 9,5% para 10,25% após a ata do Copom.

"São novos desenvolvimentos, são coisas que aconteceram após o Copom. E, caso esse cenário permaneça ou se exacerbe, poderia ensejar, no limite, uma manutenção da Selic em 103% em junho, embora não seja o nosso cenário base", afirma. À luz das explicações da ata e o de que o fato de o dissenso no Copom ter sido em relação ao ritmo, Secemski diz ser possível que haja um movimento que interrompa uma piora mais abrupta das expectativas inflacionárias em um primeiro momento. "Mas só o tempo vai dizer. A decisão de junho dependerá de como as expectativas irão evoluir até lá." O economista-chefe da Porto Asset Management, Felipe Sichel, concorda ao apontar que não há muito espaço para reduções adicionais nos juros. "Cenário externo, ambiente doméstico, expectativas de **inflação**, e também o fiscal... Parece bem evidente que tudo aponta para um cenário mais desafiador. Acho que o Copom se mostra realmente preocupado com qual o nível de juro vai conseguir trazer a **inflação** para a meta e a mensagem é que este nível de juros não está muito abaixo do atual", afirma.

Por ora, de todos os fatores acompanhados mais de perto pelo Copom, apenas a **inflação** corrente traz algum tipo de alívio ao colegiado, observa. "Mas isso pode começar a mudar na virada do primeiro para o segundo semestre do ano", diz Sichel, ao ponderar que as expectativas de **inflação** não são influenciadas apenas pela **inflação** corrente, mas também por fatores como prêmios de risco; visões sobre o nível de ociosidade na economia; e a dinâmica do câmbio.

Ainda que a possibilidade de encerramento do ciclo de afrouxamento monetário esteja em aberto, após o colegiado ter concordado em não utilizar nenhum "forward guidance" para a reunião seguinte, Sichel ainda vê espaço para mais um corte de 0,25 ponto em junho.

Em revisão de cenário publicada ontem, o Itaú Unibanco adota visão semelhante. A equipe de economistas liderada pelo ex-diretor do BC Mario Mesquita ainda projeta um último ajuste na Selic em junho, mas espera que a taxa básica de juros siga em 10,25% ao menos até o fim do próximo ano. Por outro lado, casas como J.P. Morgan e Quantitas passaram a enxergar que o espaço para flexibilização adicional

dos juros chegou ao fim e que a Selic deve ficar em 10,5%.

Antes mesmo da decisão do Copom, o Bocom BBM projetava a taxa básica em 10% neste ano com viés de alta e, agora, está com a projeção em revisão, ao avaliar que os próximos passos da autoridade monetária devem ser determinados pelas expectativas de **inflação** e pelo comportamento do câmbio, de acordo com a economista-chefe do banco, Cecília Machado.

"Um primeiro ponto de consenso é que não há "forward guidance" para a próxima reunião. Acho que, para os cinco que votaram pela redução, a mentalidade é por um corte de 0,25 ponto ou zero. E, para os membros que votaram pelo 0,5 ponto, haveria mais espaço para mais um corte de 0,25 ponto. Vai ser muito importante acompanhar a dinâmica das expectativas de **inflação**", reforça a economista.

Nesse sentido, Machado avalia que o documento ajudou a esclarecer boa parte das incertezas do mercado. "A ata foi informativa para trazer que, de forma unânime, houve o reconhecimento do aumento das incertezas externas e internas. E que, independente dos motivos que provoquem a desancoragem das expectativas de **inflação**, o Copom seguirá firme para atuar para que a **inflação** e as expectativas converjam para a meta", afirma a economista. Os juros de longo prazo caíram após a ata.

"Decisão de junho do Copom dependerá de como as expectativas irão evoluir até lá" Roberto Secemski

"Ata foi informativa paratrazerque.de forma unânime, o Copom reconheceu o aumento das incertezas" Cecília Machado

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187874>

Ativos têm alívio depois de ata do Copom

Arthur Cagliari, Augusto Decker, Gabriel Roca, Gabriel Caldeira e Victor Rezende De São Paulo

Os ativos domésticos tiveram um alívio na sessão de ontem, dia em que foi divulgada a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. O documento, considerado "hawkish" (favorável ao aperto da política monetária), tentou construir consenso no viés das duas alas do colegiado. Tal construção abriu espaço para uma retirada de prêmio de risco dos ativos locais, em especial dos juros de longo prazo.

No fim das negociações, a taxa do contrato do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2029 exibiu queda, de 11,505% para 11,365%, enquanto o dólar comercial teve desvalorização de 0,39%, a R\$ 5,1303. Já o Ibovespa encerrou o dia com valorização de 0,28%, aos 128.515 pontos.

Amplamente aguardada pelos participantes do mercado local, a ata da reunião da semana passada do Copom, divulgada na manhã de ontem, buscou apontar que a divisão entre os membros do colegiado ficou restrita à última decisão e se ateve ao "guidance" (sinalização), já que, para a parcela que votou por um corte maior da Selic, a mudança do cenário base não teria sido suficiente para o abandono da orientação futura fornecida na reunião anterior, de março.

Segundo o sócio e gestor da Oby Capital, Camilo Cavalcanti, o recado do colegiado foi de que não existe a divisão que o mercado entendeu primeiramente como política. "E não poderiam mandar um recado diferente." "O mercado andou na direção de que o BC tem mais credibilidade do que pareceu depois da reunião da semana passada", afirma. No entanto, o gestor pontua que os movimentos de ontem podem ser apenas parte de um ajuste, e não configuram, necessariamente, uma tendência clara para os próximos dias.

Também cético sobre a recuperação mais rápida dos ativos brasileiros após o aumento do prêmio de risco na semana passada, Luiz Eduardo Portella, gestor da Novus Capital, afirma que os mercados devem continuar pressionados diante de incertezas. "Há dúvidas sobre a convergência dos integrantes do Copom na próxima reunião; há temor sobre a inflação mais alta com efeitos da tragédia do Rio Grande do Sul; e não se sabe também se o fiscal vai respingar na inflação. O mercado vai demandar prêmio." Portella menciona uma melhora do câmbio doméstico na

sessão de ontem após a divulgação da ata, ainda que observe que outras moedas pares também tenham apresentado boa performance na sessão, com o dólar depreciando 0,91% contra o peso colombiano e 1,01% contra o peso chileno. "Ao meu ver, o melhor termômetro sobre o efeito da ata foi a queda dos juros longos." Para Filipe Villegas, estrategista de ações da Genial Investimentos, a ata tirou um pouco da percepção de risco que o mercado tinha sobre como o Copom ia tomar as futuras decisões de política monetária. "Isso fez o mercado ajustar para cima a perspectiva de juros no contrato mais curto, mas também tirou riscos de cauda e, por isso, acompanhamos um movimento de queda intenso nos vencimentos mais longos da curva de juros." Aqui e no exterior, os juros também reagiram aos dados de inflação nos Estados Unidos. Embora o índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) tenha subido mais em abril do que indicava a expectativa de consenso do mercado, os indicadores de meses anteriores foram revisados para baixo. Além disso, os itens que ajudam a compor o índice de preços do PCE, de gastos com consumo, tiveram comportamento melhor. A evolução dos preços pelo índice do PCE é a mais observada pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), o que explica o efeito do dado na queda do rendimento dos Treasuries.

Com os juros de curto prazo em queda nos EUA e com as taxas curtas no Brasil em alta, houve ontem um alargamento do diferencial dos juros de curto prazo, o que pode explicar também a valorização moderada do real.

No caso das ações com maior participação no Ibovespa, o destaque negativo foi Petrobras: a ação preferencial da estatal caiu 1,80% e a ordinária recuou 2,74%, refletindo a desvalorização do petróleo Brent no exterior e o balanço divulgado na segunda-feira.

Também durante a sessão, os investidores acompanharam os comentários do presidente do Fed, Jerome Powell. O banqueiro central reiterou a sua visão de que uma nova elevação das taxas de juros é improvável, mas voltou a destacar que a aceleração da inflação no primeiro trimestre induz a autoridade a uma postura mais cautelosa.

"Não esperávamos um caminho tranquilo para a inflação, temos que ser pacientes e deixar a política [monetária] fazer seu trabalho", pontuou Powell em evento do Foreign Bankers Association, em Amsterdã.

"É possível que demore mais para que a política monetária faça seu trabalho e reduza a inflação [à meta de 2% ao ano]", ressaltou.

11,365% foi a taxa do DI para janeiro de 2029, de 11,365% na véspera

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187874>

"Pausa nos cortes da Selic não surpreenderia"

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

Não há sinais, na ata da última reunião de política monetária, que o Copom será mais leniente com a **inflação** nos próximos anos, segundo o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale. No entanto, as dúvidas que pairam no mercado só serão sanadas caso as próximas decisões do Banco Central (BC) estejam alinhadas ao discurso de deterioração no cenário prospectivo para a **inflação**. Megale ainda espera mais dois cortes de 0,25 ponto na Selic nas próximas reuniões, mas, dado o diagnóstico de preocupação apontado pelo colegiado, uma interrupção no ciclo não poderia ser considerada uma surpresa.

Valor: Qual foi a avaliação geral sobre a ata?

Caio Megale: A ata foi bastante densa e teve pontos interessantes, como um esforço do Copom para mostrar que a perspectiva para a **inflação** ficou mais complicada. As razões já estavam citadas no **comunicado**, como o cenário externo adverso e a atividade e o mercado de trabalho mais fortes e esses fatores estão se traduzindo em um ambiente de **inflação** mais desafiador. Mesmo com juros mais altos, as projeções de **inflação** do Copom subiram e as expectativas de mercado também começaram a subir... As placas tectônicas do Focus já estão se mexendo e, talvez, as expectativas continuem a subir em direção a 4%. Isso é reflexo desse ambiente e todo mundo concorda.

Valor: Como viu a justificativa dos que votaram pelo 0,5 ponto?

Megale: Esse grupo reconhece que a incerteza aumentou, mas que não é suficiente para incorrer no custo de quebrar o "guidance". A ata, neste ponto, é enorme, mas falha. Eles deveriam explicar melhor quais fatores levaram à tomada de decisão. Poderiam justificar, por exemplo, que o câmbio se depreciou, mas que voltou depois, ou que a **inflação** corrente veio mais baixa, por exemplo. Mas eles concordam, no mesmo parágrafo, que é necessário mirar a meta e manter a política contracionista. Tentam passar a mensagem de que, mesmo com a mudança de ritmo, a cabeça para a taxa terminal é a mesma.

Valor: Ainda vê espaço para cortes de juros?

Megale: Quando eu replico o modelo do BC, usando um câmbio de R\$ 5,15 e com as expectativas de **inflação** para 2025 caminhando para os 3,8%, vejo que a Selic precisa ser de 10% ou mais. Houve um debate sobre o ritmo agora, mas o Copom unanimemente antecipou que não há orientação para a próxima reunião. Cabe a interpretação que, se parar de cortar o juro, estaria dentro da indicação. Não daria para se surpreender com uma pausa, dado o diagnóstico preocupado que eles fizeram. Mas não acho que é o cenário mais provável.

Valor: No evento do FMI, Campos Neto já tinha abandonado o "guidance". Não há incoerência, já que membros votaram por um "guidance" que já havia sido quebrado?

Megale: Isso levanta uma discussão que é bastante comum em economias mais maduras ou que possuem BCs independentes há mais tempo. Em países como os EUA e o México, cada membro votante dá o seu próprio "guidance" e fala o que acredita ser o mais correto. Ninguém fala em nome do comitê. Essas são questões de um colegiado de um BC independente e teremos que nos acostumar a ter visões divergentes aparecendo.

Valor: Houve ainda alguma divergência entre os membros em relação ao balanço de riscos e nas visões sobre o mercado de trabalho?

Megale: Eles também acabam não explicitando ali o que seria suficiente para tornar o balanço de riscos assimétrico. Na parte do mercado de trabalho, pelo menos, há uma profundidade maior na análise que gerou a divisão. Os dois lados reconhecem que ele está mais forte, mas a consequência para um dos grupos é um problema: que ele pode estar pressionando a **inflação** de serviços intensivos em mão de obra. O outro não vê uma conclusão direta entre o mercado de trabalho e a **inflação**. Talvez, no próximo Relatório de **Inflação**, o BC traga algo mais detalhado.

Valor: O que poderia levar a uma revisão para baixo nas projeções de **inflação** de 4% para 2025 da XP?

Megale: Há três fatores fundamentais para nós. O mercado de trabalho, o cenário externo e o fiscal. Os

três vão na direção de uma assimetria para cima da **inflação**. Tínhamos R\$ 4,70 de câmbio e ele veio para R\$ 5. Esse movimento dificulta a desinflação. Nossas estimativas vão na linha de que há uma parte da **inflação** que é sensível ao mercado de trabalho e, para que a meta de 3% seja cumprida, essa parte precisa estar bem comportada também. E, se o fiscal é mais expansionista, o juro tem que compensar. Quando eu vejo a projeção de **inflação** do BC de 2025 em 3,3%, imagino ser mais fácil a **inflação** ser de 4% do que de 2%. Por isso, acho que as projeções de 9% ou 8,5% de Selic não vão se confirmar.

Valor: É possível que o BC pare o ciclo já na próxima reunião?

Megale: Minha projeção é que ainda há espaço para mais dois cortes de 0,25 ponto, mas o risco é que o BC opte por uma pausa antes. Acho que a chance de uma interrupção já na próxima reunião é bem baixa. Ainda temos uma **inflação** corrente bem comportada e um corte adicional ainda cabe. Mas o risco é mais de ficar em 10,25% do que em 9,75%. Se, para o Copom, as expectativas de **inflação** são tão importantes e elas estão subindo, uma pausa é aceitável.

Valor: Pensando que os EUA podem iniciar os cortes em algum momento do ano, é possível que o ciclo seja retomado após uma pausa?

Megale: Esse é um ponto chave, já que o cenário do BC mudou justamente por conta da piora externa. Eles até citam a volatilidade na precificação de cortes de juros nos EUA na ata. É capaz de, se vierem dados melhores de **inflação** nos EUA, o real voltar para baixo dos R\$ 5 e o BC conseguir estender o ciclo de cortes no ritmo de 0,25 ponto, que é um passo bom para ir calibrando a Selic. A economia não está gritando por um corte de juro neste momento e o BC tem tempo para ir calibrando o ajuste.

Valor: O cenário do Rio Grande do Sul pode mudar isso?

Megale: O Copom também observa isso e diz que é necessário fazer o acompanhamento. A tragédia, para além do ponto de vista humanitário, pode mexer com as projeções de **PIB** e **inflação**. Mas os juros não são o canal adequado para endereçar o problema. É mais adequado utilizar as ferramentas que o governo tem adotado: transferências de recursos, crédito subsidiado. Não deveria mudar muito o cenário de que a taxa Selic vai terminar entre 10% e 10,25%.

Valor: Havia uma desconfiança sobre um futuro Copom mais leniente com a **inflação**. A ata ajuda a diminuir essa perspectiva?

Megale: Não dá para tirar nenhum sinal da ata de que vamos ter um BC mais condescendente com a **inflação** ao longo do tempo. Pelo contrário, ela busca diminuir a preocupação que a decisão dividida trouxe. Mas essa percepção só vai ficar clara conforme as decisões forem alinhadas com a estratégia de trazer a **inflação** para a meta. Caso o cenário piore, o Copom precisa tomar decisões de acordo. A questão da percepção de como vai ser o novo BC ao longo do tempo só vai se consolidar com ações e, naturalmente, com a transição, quando acabar o mandato do Roberto Campos e conhecermos o novo presidente e o novo diretor.

"As placas tectônicas do Focus já estão se mexendo e, talvez, as expectativas continuem a subir em direção a 4%"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187874>

BC vê alta de expectativas de inflação e não indica corte

AGÊNCIA BRASIL O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) mostrou preocupação com as expectativas de **inflação** acima da meta e, em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente, não prevê novos cortes na taxa Selic, os juros básicos da economia. Para os membros do colegiado, a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa "serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta".

"O comitê, unanimemente, avalia que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela", diz a ata da última reunião do Copom, divulgada nesta terça-feira (14). "A conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento, expectativas de **inflação** desancoradas e um cenário global desafiador, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária", acrescenta o BC.

O encontro ocorreu na semana passada e, pela sétima vez consecutiva, o Copom reduziu a Selic. No entanto, a velocidade do corte diminuiu. De agosto do ano passado até março deste ano, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião. Dessa vez, a redução foi de 0,25 ponto percentual, para 10,5% ao ano.

Um dos principais motivos para a cautela do Copom é a desancoragem das expectativas de **inflação**. Apesar de estar em queda, o índice ainda se encontra acima da meta estabelecida pelo Banco Central, alimentando a incerteza entre os agentes econômicos. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Além disso, as projeções para a **inflação** divulgadas no último Relatório de **Inflação** do BC, em março, apontam para uma diminuição da **inflação** em ritmo mais lento em 2024, pressionado pela alta dos preços de alimentos e combustíveis. No relatório, a autoridade monetária manteve a estimativa de que o IPCA fechará 2024 em 3,5% no cenário base. A projeção, no entanto, pode ser revista na nova versão do relatório, que será divulgada no fim de junho.

Entre os possíveis motivos da recente desancoragem das expectativas de **inflação**, o BC elencou a piora do cenário externo; os recentes anúncios de política fiscal; e a percepção de agentes econômicos acerca do compromisso da autoridade monetária com o atingimento da meta ao longo dos anos.

"O comitê avalia que a redução das expectativas requer uma atuação firme da autoridade monetária, bem como o contínuo fortalecimento da credibilidade e da reputação tanto das instituições como dos arcabouços fiscal e monetário que compõem a política econômica brasileira", diz a ata. O cenário internacional mais adverso contribuiu para a decisão do Copom, de reduzir o ritmo do corte de juros. Para o BC, o aumento da volatilidade nos mercados financeiros globais, a desaceleração da economia americana e a persistência da **inflação** em diversos países geram incertezas quanto à trajetória da economia mundial.

Mercado de trabalho Apesar dos desafios, o Copom reconhece que o cenário do mercado de trabalho e a atividade econômica brasileira apresentaram um desempenho mais dinâmico do que o esperado no primeiro trimestre de 2024. Esse crescimento, impulsionado principalmente pelo setor de serviços, contribuiu para a decisão de reduzir a taxa Selic, ainda que em um ritmo mais lento.

Por outro lado, a resiliência da atividade e a pujança do mercado de trabalho sugerem uma menor elasticidade do hiato do produto (capacidade ociosa da economia) à política monetária, o que poderia induzir um processo de desinflação ainda mais lento.

"Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego", diz o BC.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, estimulando a atividade econômica e reduzindo o controle sobre a **inflação**. Já quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_37E19D107F2B3290262EE55802CB763CA190C8755FF6A1EEA38F3801A00F49C8248E06D77EE7863AA2D29560E9FF329CB2BB6DAC9B01534C29AF4275BC015400D93084433DAD1085E585F575BA567494DEFFA3C88DEB70C55891114A9B7056E3ECFC6093E50F637280B7E6369F7699527E62D7C9C0AD5C620A340

Copom dá sinais de que não fará novos cortes na Selic

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) mostrou preocupação com as expectativas de **inflação** acima da meta e, em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente, não prevê novos cortes na taxa Selic, os juros básicos da economia. A informação consta da ata da última reunião do Copom, divulgada ontem (14), quando houve a redução da Selic em 0,25 ponto percentual, passando de 10,75% para 10,50% ao ano.

Apesar do racha na decisão, os membros do Copom concordaram, de forma unânime, que a conjuntura mais incerta no País e no exterior demanda um patamar de juros mais elevado para segurar a **inflação**. A divulgação da ata aliviou o clima no mercado, que temia um Banco Central mais tolerante com a **inflação** a partir do ano que vem.

A questão é que o placar da reunião foi apertado, com os quatro diretores nomeados pelo presidente Lula sendo a favor de um corte maior na taxa de juros, enquanto os cinco remanescentes do governo Bolsonaro, incluindo o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, votaram para diminuir a Selic em 0,25 ponto percentual.

Rigor O temor dos analistas foi que, com a saída de Campos Neto no fim do ano e um Copom composto, em maioria, por membros indicados pelo atual governo, o Banco Central tomasse uma postura menos rigorosa em relação ao controle da **inflação**. Segundo a ata, no entanto, essa divergência se deu em torno do ritmo a ser adotado, em função de um possível risco de credibilidade ao alterar a indicação que havia sido dada na reunião anterior, em março. No **comunicado**, o Copom se comprometia a mais um corte de 0,5 ponto percentual.

"A ata foi muito técnica, muito adequada, e está em linha com o que eu de fato esperava. Eu entendia que eram duas posições técnicas [corte de 0,5 ponto ou de 0,25 ponto percentual], respeitáveis, e a ata deixou claro que os argumentos de lado a lado eram pertinentes e defensáveis", afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele defendeu que o Banco Central deve mirar o centro da meta oficial de **inflação**, definida em 3,5% para este ano. A margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos só deve ser usada em situações

excepcionais. "A tensão do mercado se dissipou com a ata, conforme nós prevíamos. Tinha mais rumor do que verdade.

Está tudo tranquilo agora", analisou.

O Copom, ligado ao Banco Central, definiu a taxa em 10,50% ao ano

Site:

<https://edicaoimpresa.folhape.com.br/books/tnbq/#p=1>

Inflação na Argentina chega a quase 300%, mas aumentos desaceleram

Os preços na Argentina estão subindo, apesar dos sinais positivos de uma desaceleração, com a taxa de **inflação** anual do país provavelmente se aproximando de 300%. Lojistas e consumidores dizem que, embora as leituras mensais da **inflação** tenham desacelerado desde o pico de mais de 25% em dezembro, a mudança ainda não foi totalmente sentida na prática.

O governo argentino vai divulgar os dados mais recentes nesta terça-feira. A taxa de **inflação** deve voltar a ficar abaixo de um dígito em abril, pela primeira vez em seis meses. "Não importa o quanto a taxa de **inflação** caia, que é o que todo mundo diz, isso não se reflete aqui porque, veja bem, há itens que deveriam ter caído, mas não caíram", disse Sandra Boluch, de 50 anos, vendedora de frutas e verduras em Buenos Aires. Ela disse que sua loja foi forçada a aumentar os salários dos funcionários porque os aluguéis aumentaram, enquanto os custos dos insumos, como sacolas plásticas, subiram, tudo isso repercutindo nos preços das cenouras e maçãs.

"Esses [preços] aumentam muito e depois isso se reflete em outro lugar. Onde? Na mercadoria", disse ela. "O transporte é mais caro, o preço do diesel sobe, tudo sobe. Portanto, não importa o quanto tentemos reduzir os preços, não podemos." O governo do presidente Javier Milei, que herdou grande crise econômica, tem exaltado seu sucesso na redução da **inflação** mensal. O índice tem diminuído neste ano desde que ele assumiu o cargo em 10 de dezembro e desvalorizou drasticamente o peso, desencadeando um aumento inicial da **inflação**.

Milei tem incentivado dura campanha de austeridade, com cortes de custos e procurado absorver a liquidez do mercado, o que foi bem aceito pelos investidores, ajudou a impulsionar a posição fiscal do governo e impulsionou uma recuperação das ações e dos títulos. "Ele gerou um choque de austeridade monetária, parou de injetar pesos na economia e deu um forte sinal de austeridade fiscal", disse Eugenio Mari, economista-chefe da consultoria Libertad y Progreso. Essa solução também atingiu duramente os salários e a atividade econômica, embora Mari tenha dito que as coisas devem melhorar.

"Uma queda acentuada nos salários reais implica queda na demanda agregada, no consumo e, obviamente, na atividade econômica. Mas o

interessante é que agora, com a queda da **inflação**, a porta está aberta para a recuperação dos salários reais."

Inflação na Argentina desacelera para 8% em abril

A **inflação** na Argentina voltou a desacelerar em abril situando-se em um dígito na variação mensal pela primeira vez desde que o presidente Javier Milei assumiu o cargo. E também o primeiro mês nesse patamar desde outubro de 2023.

Ao todo, são quatro meses seguidos de recuo dos preços. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censo (Indec), o índice de Preços ao Consumidor registrou variação de 8,8%, impulsionado sobretudo pelos aumentos nas tarifas de diferentes serviços regulamentados e graças à desaceleração dos alimentos. O núcleo da **inflação**, que exclui itens sazonais ou regulamentados, foi de 6,3%. No ano, o IPC acumula alta de 65%; em 12 meses, de 289,4%.

O setor com a maior variação foi o de Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis (35,6%), devido a aumentos nas tarifas de gás, água e eletricidade. Em seguida, vieram Comunicação (14,2%), em razão da alta nos serviços de telefonia e internet, e Vestuário e calçados (9,6%), devido a mudanças sazonais, de acordo com o Indec.

Os alimentos subiram 6%, o que representa queda acentuada, já que em março a variação chegou a 10,5%.

Em nível nacional, as estimativas preliminares para maio são otimistas. Elas indicam que o valor deste mês ficará entre 4% e 5%, pressionado pela decisão do governo de suspender o aumento das tarifas de eletricidade e gás que estava planejado para maio.

"Estamos vencendo a **inflação**", comemorou Milei, pouco antes da primeira leitura mensal de um dígito desde outubro do ano passado, quando a **inflação** ficou em 8,3%.

O plano de choque econômico de Javier Milei continua a controlar a **inflação** ao custo de uma recessão cada vez mais profunda, o que pode provocar um aumento do desemprego. Economistas consultados pelo banco central argentino preveem uma contração da economia de 3,5% este ano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação mensal na Argentina desacelera a 8,8% em abril

Luiza Palermo e Pedro Borg

A **inflação** na Argentina continuou a desacelerar em abril, para uma alta de 8,8% em termos mensais, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). Analistas apontam que a tendência de redução da alta dos preços deve se manter em maio depois que o governo adiou aumentos programados de tarifas públicas e **impostos**.

Esta foi a primeira vez que a taxa da **inflação** cai abaixo de 10% desde outubro e marca uma significativa moderação em relação ao pico de 25,5% de dezembro. Em termos anuais, a **inflação** ao consumidor também dá sinais de estabilização, com uma taxa de 289,4% em abril, de 289,7% em março. No ano, a **inflação** acumulada é de 65%.

Os dados do relatório da **inflação** de abril foram comemorados como "uma goleada" pelo presidente de extrema direita Javier Milei. "A **inflação** está sendo pulverizada", tuitou no X o porta-voz da Presidência, Manuel Adorni.

No entanto, Dante Moreno, economista da consultoria EPyCA, observa que o custo dessa queda é muito alto socialmente, com "um aumento substancial no desemprego, uma queda significativa na atividade comercial e industrial e um menor consumo que obriga as empresas a reduzir os preços que haviam subido em dezembro".

"O resultado mostra a sustentabilidade do ritmo de diminuição da **inflação** provocado pela baixa emissão monetária, pela política fiscal do governo de conter os gastos públicos, além de uma queda importante na atividade econômica. Porém o governo argentino precisa trabalhar para retomar a atividade econômica", disse José Lezama, economista da Fundação Geo de estudos econômicos.

Para assegurar a consolidação da trajetória de desaceleração da pressão inflacionária, o governo Milei publicou portaria em que adia para junho o aumento programado dos preços de gasolina, gás natural e luz. Porém, alguns analistas alertam para o risco de represamento desses aumentos.

"Para maio, as projeções da **inflação** estão em torno

de 5%, que deve ser beneficiada pela política monetária e fiscal restritiva do governo, assim como pelo crawling peg [desvalorização diária] de 2% ao mês. A decisão de conter aumentos tarifários contribui para ter um índice de preços melhor, mas torna a desinflação menos "genuína", prolongando as distorções de preços relativos", disse Roberto Gereto, economista do Banco CMF, um banco de investimentos com sede em Buenos Aires.

Lezama, no entanto, minimiza esse efeito do atraso no aumento das tarifas. "Mais importante é o controle da emissão monetária e a queda na atividade e nos gastos públicos", disse. "Mesmo se as tarifas subissem em maio, essas altas poderiam ser compensadas por outras quedas, como da atividade econômico ou dos gastos públicos", disse ele, que estima uma **inflação** em torno de 7% em maio.

O "choque fiscal" promovido por Milei, com cortes drásticos nos gastos públicos e liberação dos preços, resultou numa forte queda na atividade econômica, já debilitada pelo agravamento da crise no fim do governo Alberto Fernández. Segundo um estudo publicado em janeiro pela Universidade Católica da Argentina, quase 60% da população vive em situação de pobreza, o pior resultado em 20 anos. Como reflexo do empobrecimento da população, as vendas no varejo caíram quase 20% ao ano no primeiro trimestre.

Apesar da situação ainda crítica, a gestão de Milei é aprovada por 49% da população, segundo pesquisa de abril conduzida pelo Opina Argentina. Entre os jovens a aprovação do presidente é de 64%.

"No futuro, a dúvida é quão consistente será a trajetória da **inflação** e da taxa de câmbio, já que, se não ocorrer uma queda acentuada da **inflação**, a taxa de câmbio ficará defasada", disse Geretto.

Dante Moreno, da consultoria EPyCA, não acredita que a **inflação** argentina vá cair abaixo de 5% até o fim do ano, simplesmente "por uma questão de inércia".

Os números de abril vieram em linha com as expectativas de analistas argentinos e do próprio Banco Central, que no seu Levantamento de Expectativas de Mercado (REM, na sigla em espanhol) previa uma **inflação** de 9% para o mês.

Segundo o Indec, os setores que sofreram as maiores altas em abril foram os de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis (35,6%) devido aos aumentos nas tarifas de gás, água e eletricidade.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187874?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187874?page=1§ion=1)**